

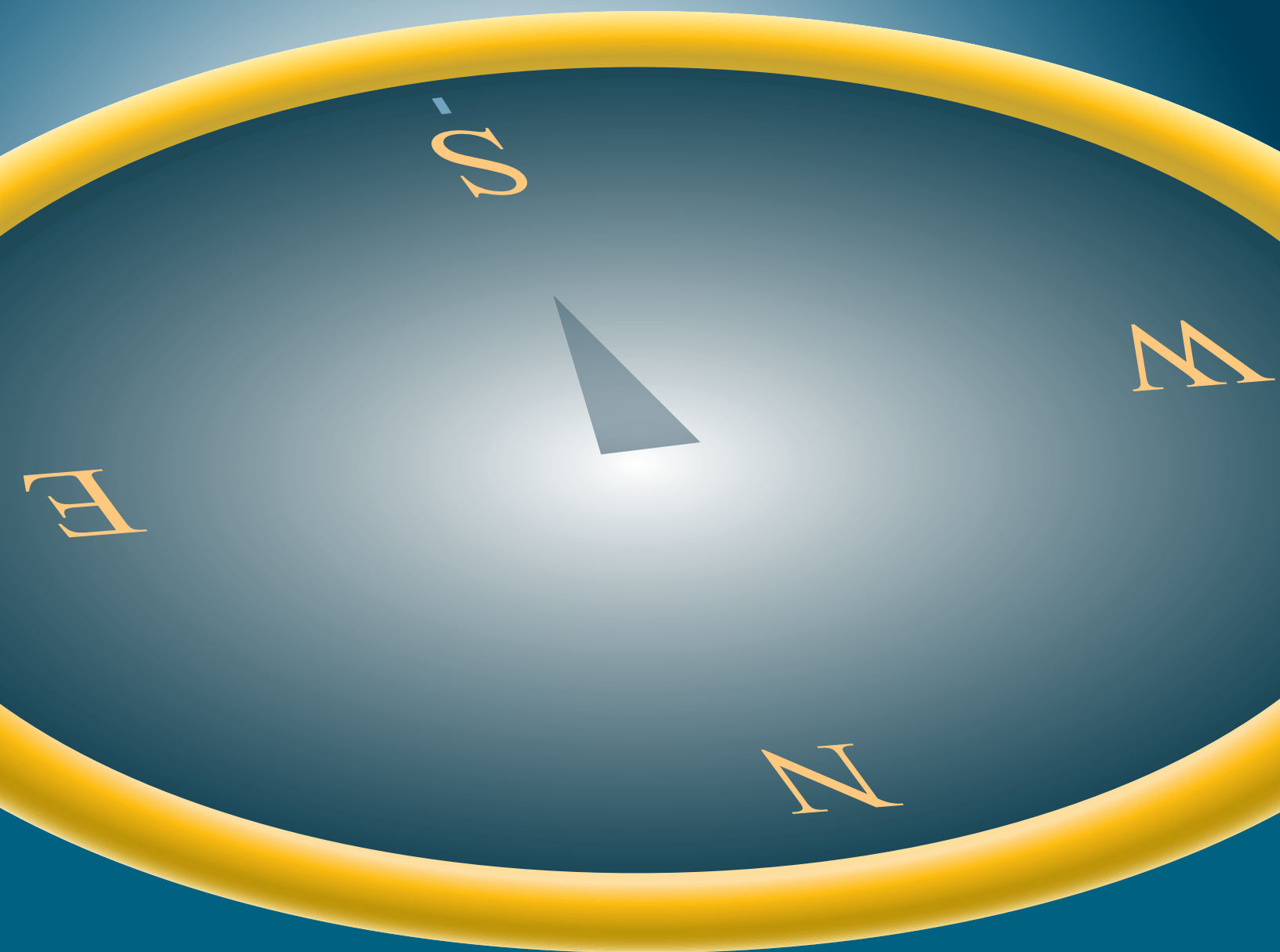
Resumo

Relatório do Desenvolvimento Humano 2013



A Ascensão do Sul:

Progresso Humano num Mundo Diversificado



Copyright © 2013
do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem prévia permissão.

Impresso no Canadá por Lowe-Martin Group com papel livre de cloro elementar certificado pelo Forest Stewardship Council. Impresso utilizando tintas à base de óleos vegetais e produzidas com recurso a tecnologias amigas do ambiente

Edição e produção: Communications Development Incorporated, Washington DC
Design: Melanie Doherty Design, São Francisco, CA

Para uma lista de erros e omissões detetados após a impressão visite o nosso sítio Web em <http://hdr.undp.org>

Equipa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2013

Diretor e autor principal

Khalid Malik

Investigação e estatística

Maurice Kugler (Chefe de Investigação), Milorad Kovacevic (Chefe de Estatística), Subhra Bhattacharjee, Astra Bonini, Cecilia Calderón, Alan Fuchs, Amie Gaye, Iana Konova, Arthur Minsat, Shivani Nayyar, José Pineda e Swarnim Waglé

Comunicações e produção

William Orme (Chefe de Comunicações), Botagoz Abdreyeva, Carlotta Aiello, Eleonore Fournier-Tombs, Jean-Yves Hamel, Scott Lewis e Samantha Wauchope

Apoio aos Relatórios de Desenvolvimento Humano Nacionais

Eva Jespersen (Diretora Adjunta), Christina Hackmann, Jonathan Hall, Mary Ann Mwangi e Paola Pagliani

Áreas operacional e administrativa

Sarantuya Mend (Diretora Operacional), Ekaterina Berman, Diane Bouopda, Mamaye Gebretsadik e Fe Juarez-Shanahan

Resumo

Relatório do Desenvolvimento Humano 2013

A Ascensão do Sul:

Progresso Humano num Mundo Diversificado



Publicado pelo
Programa das
Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Prefácio

O Relatório do Desenvolvimento Humano “*A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*” de 2013 debruça-se sobre a evolução da geopolítica dos nossos tempos, analisando as questões e tendências emergentes, bem como os novos atores que moldam o panorama do desenvolvimento.

O Relatório defende que a notável transformação de um elevado número de países em desenvolvimento em grandes economias dinâmicas com crescente influência política produz um impacto significativo no progresso do desenvolvimento humano.

O Relatório observa que, durante a última década, todos os países aceleraram o seu progresso nos domínios da educação, da saúde e do rendimento, tal como aferidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), visto que nenhum dos países relativamente aos quais existem dados disponíveis registou, em 2012, um valor do IDH inferior ao de 2000. Durante este período, à medida que se acelerava o ritmo de progresso nos países com IDH mais baixo, verificava-se uma convergência notável nos valores de IDH a nível mundial, ainda que esse progresso tenha sido desigual dentro e entre as várias regiões.

Analisando, especificamente, os países que, entre 1990 e 2012, conseguiram um aumento substancial do respetivo valor do IDH nas dimensões do desenvolvimento humano, quer nas relacionadas com o rendimento, quer nas que não o são, o relatório examina as estratégias subjacentes a esse desempenho positivo. A este respeito, o Relatório de 2013 constitui um contributo significativo para a reflexão sobre o desenvolvimento, descrevendo os fatores impulsionadores específicos da transformação do desenvolvimento e sugerindo prioridades políticas futuras, que poderão ajudar a sustentar esta dinâmica.

De acordo com projeções desenvolvidas para o presente Relatório, até 2020, o produto combinado de apenas três dos principais países em desenvolvimento, o Brasil, a China e a Índia, superará o produto agregado do Canadá, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos. Grande parte desta expansão

é impulsionada por novas parcerias comerciais e tecnológicas no seio da própria região Sul, como o demonstra também o presente Relatório.

No entanto, a mensagem essencial transmitida neste e em anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano é a de que o crescimento económico não se traduz, por si só e automaticamente, em progressos no desenvolvimento humano. A opção por políticas em prol dos mais desfavorecidos e por investimentos significativos no reforço das capacidades dos indivíduos - com ênfase na alimentação, educação, saúde, e qualificações para o emprego - pode melhorar o acesso a um trabalho digno e proporcionar um progresso duradouro.

O Relatório de 2013 identifica quatro domínios específicos, com vista à manutenção da dinâmica de desenvolvimento: melhorar a equidade, incluindo a dimensão do género; proporcionar uma maior representação e participação dos cidadãos, incluindo a dos jovens; enfrentar as pressões ambientais; e gerir as alterações demográficas.

O Relatório defende ainda que, à medida que os desafios que se colocam ao desenvolvimento a nível mundial assumem uma natureza mais complexa e transfronteira, torna-se imperiosa uma ação coordenada relativamente àqueles desafios que, na nossa era, são os mais prementes, sejam eles a erradicação da pobreza, as alterações climáticas, ou a paz e a segurança. Uma vez que os países estão cada vez mais interligados através do comércio, da migração e das tecnologias da informação e comunicação, não é de surpreender que as decisões políticas tomadas num deles tenham impactos substanciais nos demais. As crises dos últimos anos - alimentar, financeira, climática -, que têm devastado a vida de tantas populações são reveladoras dessas circunstâncias e espelham bem a importância dos esforços destinados a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos aos choques e catástrofes.

Para aproveitar a riqueza dos conhecimentos, experiências e reflexão sobre o desenvolvimento do Sul, o Relatório insta a que sejam criadas novas instituições, que possam facilitar a integração regional e a cooperação Sul-Sul. As

potências emergentes do mundo em desenvolvimento são já fontes de políticas sociais e económicas inovadoras e importantes parceiros nos domínios do comércio e do investimento e, cada vez mais, da cooperação para o desenvolvimento em benefício de outros países em desenvolvimento.

Muitos outros países do Sul têm sido palco de um rápido desenvolvimento, e as suas experiências e a cooperação Sul-Sul constituem igualmente uma inspiração para a política de desenvolvimento. O PNUD está em posição de poder desempenhar um papel útil como mediador de conhecimentos e catalisador de parceiros - governos, sociedade civil e empresas multinacionais - para o intercâmbio de experiências. Desempenhamos um papel fundamental também na promoção da aprendizagem e do reforço das capacidades. Este relatório proporciona uma visão extremamente útil, com vista à nossa futura participação na cooperação Sul-Sul.

Por último, o Relatório exorta também a um olhar crítico sobre as instituições de governação mundial, de molde a promover um mundo mais justo e mais igual. Assinala as estruturas obsoletas, que não refletem a nova realidade económica e geopolítica descrita, e analisa opções para uma nova era de parceria. Apela igualmente a

uma maior transparência e responsabilização, pondo ainda em evidência o papel da sociedade civil mundial na defesa dessa responsabilização e de um maior poder de decisão por parte dos mais diretamente afetados pelos desafios mundiais, que, frequentemente, são os mais pobres e vulneráveis no nosso mundo.

À medida que a discussão se desenrole no âmbito da agenda do desenvolvimento mundial para além de 2015, espero que sejam muitos os que dediquem algum tempo à leitura do presente Relatório e à reflexão sobre as suas lições para o nosso mundo em rápida mutação. O Relatório renova a nossa compreensão do atual estado do desenvolvimento mundial e revela bem a riqueza dos ensinamentos transmitidos pelas experiências do rápido progresso verificado em matéria de desenvolvimento em numerosos países do Sul.



[Helen Clark](#)

Administradora

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Índice do Relatório do Desenvolvimento Humano 2013

Prefácio

Agradecimentos

Síntese

Introdução

CAPÍTULO 1

A situação do desenvolvimento humano

O progresso das nações

A integração social

A segurança humana

CAPÍTULO 2

Um Sul mais global

Um novo equilíbrio: um mundo mais global, um Sul mais global

A dinâmica do desenvolvimento humano

A inovação e o empreendedorismo no Sul

As novas formas de cooperação

Progresso sustentável em tempos de incerteza

CAPÍTULO 3

Fatores impulsionadores do desenvolvimento

Fator impulsionador 1: um estado pró-ativo orientado para o desenvolvimento

Fator impulsionador 2: a integração nos mercados mundiais

Fator impulsionador 3: uma inovação sustentada da política social

CAPÍTULO 4

Manter a dinâmica

As prioridades políticas para os países em desenvolvimento

A modelização da demografia e da educação

O impacto da taxa de envelhecimento da população

A necessidade de políticas ambiciosas

Aproveitar o momento

CAPÍTULO 5

Governança e parcerias para uma nova era

Uma nova visão global dos bens públicos

Uma melhor representação para o Sul

Uma sociedade civil global

Rumo a um pluralismo coerente

Uma soberania responsável

Novas instituições, novos mecanismos

Conclusões: parceiros numa nova era

Notas

Bibliografia

ANEXO ESTATÍSTICO

Guia do leitor

Legenda dos países e classificações do IDH, 2012

Tabelas estatísticas

- Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes
- Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980–2012
- Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à desigualdade
- Índice de Desigualdade de Género
- Índice de Pobreza Multidimensional
- Controlo dos recursos
- Saúde
- Educação
- Integração social
- Fluxos comerciais internacionais de produtos e serviços
- Fluxos financeiros e migrações internacionais
- Inovação e tecnologia
- Ambiente
- Tendências populacionais

Regiões

Referências estatísticas

Anexo técnico: nota explicativa do exercício de projeção



Resumo

Quando, durante a crise financeira de 2008-09, o crescimento das economias desenvolvidas estagnou, mas o das economias em desenvolvimento prosseguiu, o mundo registou esse facto. A ascensão do Sul, vista no mundo em desenvolvimento como um reequilíbrio mundial há muito esperado, tem alimentado desde então um grande debate. No entanto, esse debate tem habitualmente ficado circunscrito ao crescimento do PIB e do comércio num número reduzido de países de grande dimensão. Ora, estão em jogo dinâmicas muito mais amplas, que abrangem um número muito maior de países e tendências mais profundas que podem ter consequências abrangentes para a vida das populações, a equidade social e a governação democrática, tanto a nível local como mundial. Como o demonstra o presente Relatório, a ascensão do Sul é, simultaneamente, o resultado dos contínuos investimentos e concretizações no domínio do desenvolvimento humano e uma oportunidade para um progresso humano ainda mais significativo no mundo como um todo. Transformar esse progresso em realidade exigirá decisões políticas nacionais e mundiais informadas e esclarecidas, que tenham por base as lições políticas analisadas no presente Relatório.

A ascensão do Sul

A ascensão do Sul não tem precedentes, nem em ritmo, nem em dimensão. A ascensão do Sul deve ser vista como a história de um aumento extraordinário das capacidades individuais e do progresso sustentado do desenvolvimento humano nos países onde reside a grande maioria da população mundial. Quando dezenas de países e milhares de milhões de pessoas sobem degraus na escada do desenvolvimento, como hoje acontece, essa ascensão tem um impacto direto na criação de riqueza e na disseminação do progresso humano em todos os países e regiões do mundo. Surgem novas oportunidades para a recuperação dos atrasos nos países menos desenvolvidos e para iniciativas políticas criativas que possam beneficiar também as economias mais avançadas.

Embora a maioria dos países em desenvolvimento tenha tido um bom desempenho, um grande número realizou progressos particularmente significativos — o que se pode apelidar de “ascensão do Sul”. Registaram-se rápidos avanços em alguns dos países de maior dimensão, nomeadamente o Brasil, China, Índia, Indonésia, México, África do Sul e Turquia. Contudo, verificaram-se também progressos substanciais em economias mais pequenas, como o Bangladesh, Chile, Gana, Maurícia, Ruanda e Tunísia (figura 1).

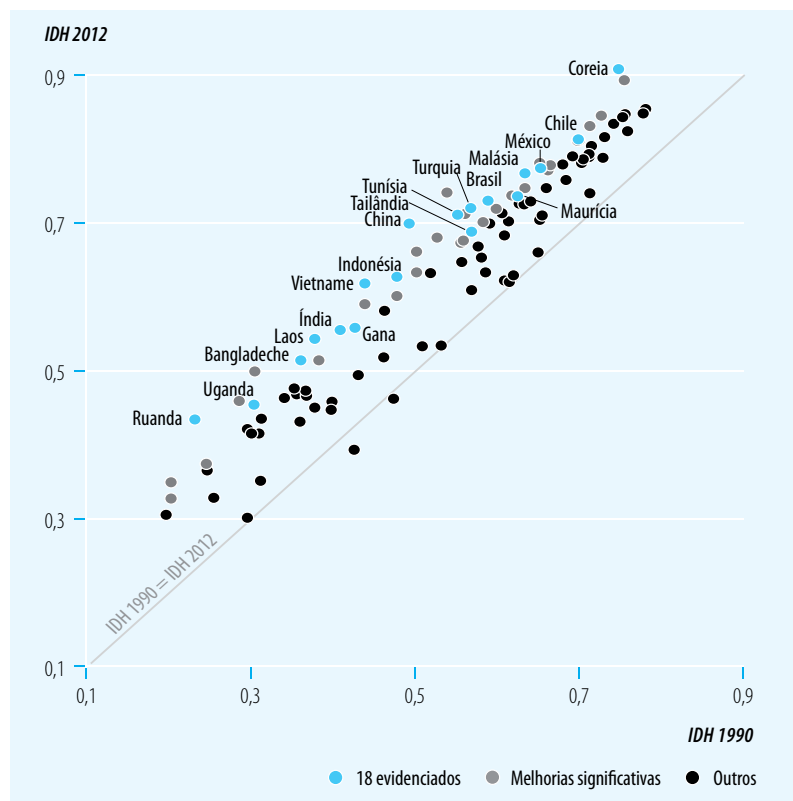
O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013, embora incidindo sobre a ascensão do Sul e as suas implicações para o desenvolvimento humano, versa também sobre este mundo em mudança, acionada em grande parte pela ascensão do Sul. Analisa os progressos realizados, os desafios que se perfilam (alguns em resultado, precisamente, do sucesso alcançado) e as novas oportunidades para

uma governação representativa no plano global e regional.

Pela primeira vez em 150 anos, o produto combinado das três principais economias do mundo em desenvolvimento — o Brasil, a China e a Índia

FIGURA 1

Entre 1990 e 2012, mais de 40 países do Sul registaram ganhos mais significativos do que o previsto no IDH atendendo aos valores apresentados em 1990



Nota: Os países acima da linha dos 45 graus apresentavam um valor de IDH mais elevado em 2012 do que em 1990. Os marcadores em azul e cinzento indicam países com aumentos mais significativos do que o previsto no respetivo valor de IDH entre 1990 e 2012, tendo em conta o seu IDH em 1990. Estes países foram identificados com base nos resíduos obtidos a partir da regressão da variação do log do IDH entre 2012 e 1990 face ao log do IDH em 1990. Os países identificados representam um grupo selecionado de países com rápidas melhorias no IDH, estudados de forma mais circunstanciada no capítulo 3. Fonte: Cálculos do GRDH.

O Sul emerge, hoje, ao lado do Norte, como terreno fértil para a inovação tecnológica e o empreendedorismo criativo

- é aproximadamente igual aos produtos internos brutos (PIB) combinados das antigas potências industriais do Norte: Canadá, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos. Esta situação representa um reequilíbrio notório do poder econômico global: em 1950, o Brasil, a China e a Índia, em conjunto, representavam apenas 10% da economia mundial, enquanto os seis tradicionais líderes econômicos do Norte respondiam por mais de metade. Até 2050, de acordo com as projeções do presente Relatório, o Brasil, a China e a Índia representarão, em conjunto, 40% de todo o produto mundial (figura 2), superando de longe as previsões para o produto combinado do atual Grupo dos 7.

Nos países do Sul, o rendimento, a dimensão e as expectativas da classe média aumentam rapidamente (figura 3). Os extraordinários números da população do Sul – milhares de milhões de consumidores e cidadãos – multiplicam, a nível mundial, as consequências para o desenvolvimento humano das medidas tomadas por governos, empresas e instituições internacionais nesse

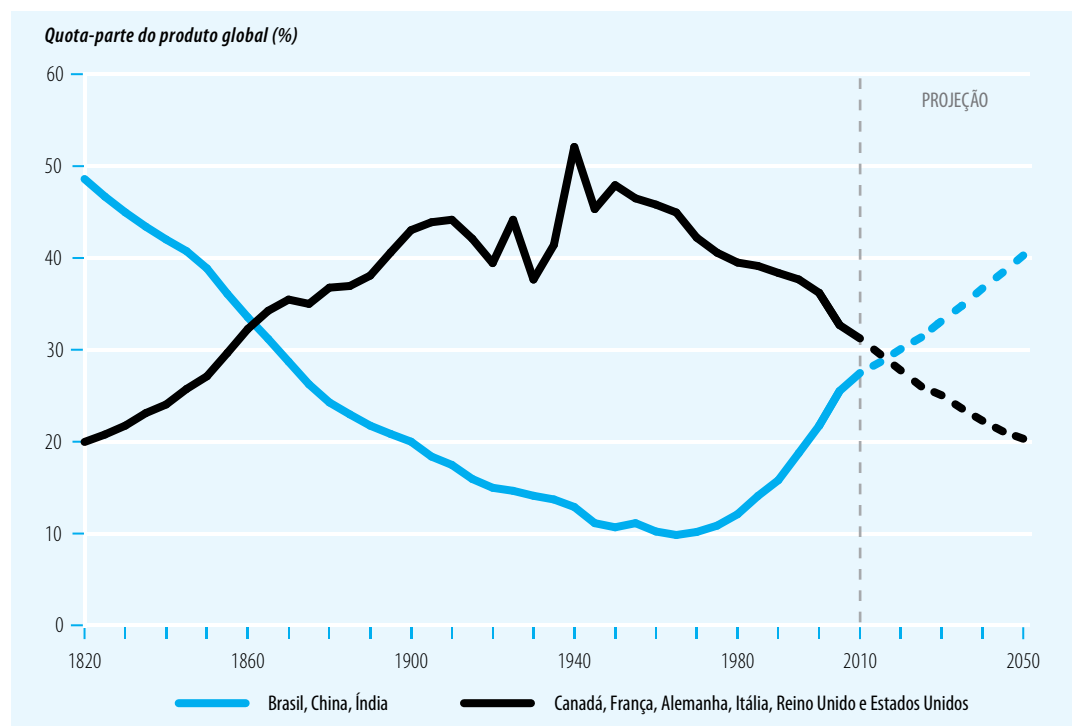
hemisfério. O Sul emerge, hoje, ao lado do Norte, como terreno fértil para a inovação tecnológica e o empreendedorismo criativo. No comércio Norte-Sul, as economias recentemente industrializadas adquiriram capacidade para fabricar de forma eficaz produtos complexos destinados aos mercados dos países desenvolvidos. Contudo, as interações Sul-Sul permitiram às empresas do hemisfério adaptar-se e inovar, criando produtos e processos mais adequados às necessidades locais.

A situação do desenvolvimento humano

O Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) de 2012 revela progressos consideráveis. Ao longo das últimas décadas, os países têm vindo a convergir, em todo o mundo, para níveis mais elevados de desenvolvimento humano. O ritmo de progresso do IDH foi mais rápido nos países que se situam nas categorias baixa e média do desenvolvimento humano. Trata-se de uma boa notícia.

FIGURA 2

Até 2050, segundo as projeções, o Brasil, a China e a Índia em conjunto serão responsáveis por 40% do produto mundial, contra 10% em 1950



Nota: O produto é medido em paridade do poder de compra em dólares de 1990.

Fonte: Interpolação de dados históricos do GRDH com base em Maddison (2010) e em projeções do Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

No entanto, o progresso exige mais do que uma melhoria média do IDH. Não será desejável, nem sustentável, que os progressos no IDH sejam acompanhados pelo aumento das desigualdades de rendimento, padrões insustentáveis de consumo, despesas militares elevadas e uma fraca coesão social (ver caixa 1).

Uma componente essencial do desenvolvimento humano é a equidade. Toda a pessoa tem o direito a viver uma vida plena de acordo com seus próprios valores e aspirações. Ninguém deve ser condenado a uma vida curta ou a ser miserável, por ter nascido na classe ou no país “errados”, no grupo étnico ou raça “errados”, ou com o género “errado”. A desigualdade reduz o ritmo de desenvolvimento humano e, nalguns casos, pode inclusivamente impedi-lo por completo. A nível mundial, nas últimas duas décadas, registou-se um declínio muito mais acentuado na desigualdade na saúde e na educação do que no rendimento (figura 4). Praticamente todos os estudos referem que a desigualdade de rendimento geral é elevada, embora não exista consenso quanto às tendências recentes.

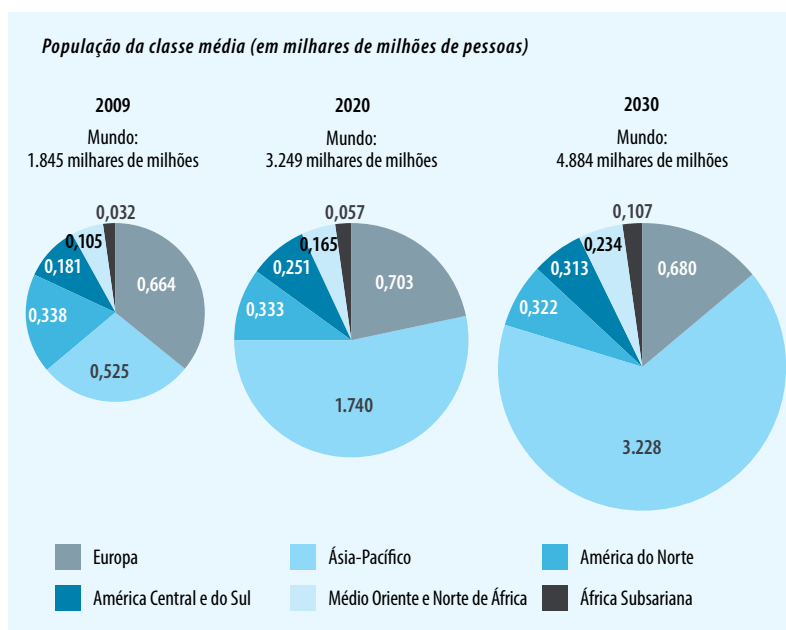
Um Sul mais global

Atualmente, verifica-se um reequilíbrio da produção global em moldes não observados desde há 150 anos atrás. O aumento da circulação transfronteiriça de bens, serviços, pessoas e ideias tem sido notável. Em 2011, o comércio era responsável por cerca de 60% do produto mundial. Os países em desenvolvimento desempenharam aqui um grande papel (caixa 2): entre 1980 e 2010, aumentaram a sua participação no comércio mundial de mercadorias de 25% para 47% e a sua participação no produto mundial de 33% para 45%. As regiões em desenvolvimento também têm reforçado as suas relações: entre 1980 e 2011, o comércio Sul-Sul aumentou de 8,1% para 26,7% (figura 5).

Nem todos os países em desenvolvimento participam ainda cabalmente na ascensão do Sul. O ritmo de mudança tem sido mais lento, por exemplo, na maioria dos 49 países menos desenvolvidos, especialmente nos países sem litoral ou distantes dos mercados mundiais. Contudo, muitos desses países começaram também a beneficiar do comércio, do investimento e das transferências tecnológicas e financeiras Sul-Sul. Registaram-se, por exemplo, repercussões positivas do crescimento da China nos restantes países em desenvolvimento,

FIGURA 3

As previsões apontam para a continuação do crescimento da classe média no Sul



Nota: A classe média inclui as pessoas que auferem ou despendem entre 10 e 100 dólares por dia (em PPC de 2005).
Fonte: Brookings Institution 2012.

sobretudo nos seus parceiros comerciais mais próximos. Estes benefícios compensaram, em certa medida, o abrandamento da procura dos países desenvolvidos. O crescimento nos países de baixo rendimento teria caído entre 0,3 e 1,1 pontos percentuais entre 2007 e 2010, caso o crescimento tivesse diminuído na China e na Índia a um ritmo semelhante ao das economias desenvolvidas.

Muitos países beneficiaram também dos efeitos positivos nos setores que contribuem para o desenvolvimento humano, especialmente na área da saúde. Por exemplo, as empresas indianas fornecem hoje a países africanos, a preços acessíveis, medicamentos e equipamentos médicos, bem como serviços e produtos de tecnologias da informação e comunicação. O mesmo se passa com algumas empresas brasileiras e sul-africanas nos respetivos mercados regionais.

No entanto, as exportações provenientes de países maiores podem também ter desvantagens. Os grandes países geram pressões concorrenciais que podem sufocar a diversificação económica e a industrialização nas economias mais pequenas. Além disso, registaram-se casos em que os choques concorrenciais foram seguidos por uma revitalização industrial. Um papel competitivo hoje pode facilmente transformar-se num papel

Nem todos os países em desenvolvimento participam ainda cabalmente na ascensão do Sul

Que significa ser humano?

Há quase meio século, o filósofo Thomas Nagel publicou um famoso artigo intitulado “Que significa ser morcego?” A pergunta que gostaria de fazer é: que significa ser humano? Com efeito, esta publicação perspicaz de Tom Nagel em *The Philosophical Review* dizia igualmente respeito aos seres humanos, e só marginalmente aos morcegos. Entre outros aspetos, Tom Nagel manifestava um profundo ceticismo relativamente à tentação dos investigadores da área da ciência observacional de identificarem a experiência de se ser morcego – ou, de forma análoga, um ser humano - com os fenómenos físicos conexos, que ocorrem no cérebro e no corpo, e que são de fácil acesso mediante uma observação externa. O significado do que é ser morcego ou ser humano dificilmente pode ser entendido como o resultado de certos impulsos identificados no cérebro e no corpo. A complexidade desse significado não pode ser apreendida pela fácil rastreabilidade desses impulsos (por muito tentadora que possa ser essa abordagem).

A vanguarda da abordagem do desenvolvimento humano assenta igualmente numa distinção – embora de um tipo bastante diferente da do contraste epistemológico de base de Tom Nagel. A abordagem pioneira que Mahbub ul-Haq tem defendido, através da série de Relatórios do Desenvolvimento Humano iniciada em 1990, situa-se entre, por um lado, o difícil problema da avaliação da riqueza das vidas humanas, incluindo as liberdades que os seres humanos muito justamente valorizam e, por outro, o exercício, muito mais fácil, de acompanhamento da evolução do rendimento e de outros recursos externos que os indivíduos - ou as nações - possuem. O Produto Interno Bruto (PIB) é muito mais fácil de observar e medir do que a qualidade de vida humana de que os indivíduos usufruem. Porém, o bem-estar e a liberdade dos seres humanos e a sua relação com a equidade e a justiça no mundo não podem ser reduzidos apenas ao cálculo do PIB e à respetiva taxa de crescimento, como muitos são tentados a fazer.

É fundamental reconhecer a complexidade intrínseca ao desenvolvimento humano, em parte porque não devemos ser tentados a mudar de objeto: foi precisamente esse o argumento central que conduziu a iniciativa ousada de Mahbub ul-Haq de complementar - e, até certo ponto, substituir - o PIB. Porém, surgiu, paralelamente, um outro aspeto de dificuldade acrescida, que constitui igualmente uma parte inevitável daquela que veio a ficar conhecida por “abordagem do desenvolvimento humano”. Podemos, por uma questão de conveniência, recorrer a numerosos indicadores de desenvolvimento humano simples, como o IDH, que tem por base apenas três variáveis, com uma regra muito simples para a sua ponderação. Contudo, o exercício não deve ficar por aqui. Não podemos desprezar atalhos viáveis e úteis - o IDH pode dizer-nos muito mais sobre a qualidade de vida humana do que o PIB -, nem devemos ficar totalmente satisfeitos com os ganhos imediatos que esses atalhos permitem registar num mundo em que a prática é contínua. Avaliar a qualidade de vida é um exercício muito mais complexo do que o resultado que um mero número nos pode proporcionar, por muito judiciosa que tenha sido a escolha de variáveis a incluir e a seleção do procedimento de ponderação.

O reconhecimento dessa complexidade tem também outras implicações consideráveis. O papel crucial desempenhado pela lógica pública, que o presente Relatório do Desenvolvimento Humano evidencia de modo particular, decorre, em parte, do reconhecimento dessa complexidade. Só os próprios podem dizer onde o sapato aperta, não podendo, de facto, ser feitos arranjos que evitem essa dor sem dar voz e sem proporcionar aos interessados amplas oportunidades de discussão pública. A importância dos vários elementos para a avaliação do bem-estar e da liberdade dos indivíduos só pode ser devidamente aferida e avaliada mediante um diálogo persistente entre a população, com impacto na conceção das políticas públicas. O significado político de iniciativas como a chamada Primavera Árabe e outros movimentos de massas noutras partes do mundo dá bem a medida da importância epistémica da capacidade de expressão dos indivíduos em diálogo com os outros a respeito do que penaliza as suas vidas e das injustiças que pretendem eliminar. Há muito para discutir - uns com os outros, bem como com os funcionários públicos responsáveis pelas políticas.

As responsabilidades dialógicas, quando devidamente valorizadas no âmbito da governação, devem incluir também a representação do interesse daqueles que, não estando presentes, não podem expressar as suas preocupações pela sua própria voz. O desenvolvimento humano não pode ficar indiferente às futuras gerações apenas porque estas - ainda - não estão presentes. No entanto, os seres humanos têm efetivamente a capacidade de pensar sobre os outros e suas vidas, e a arte da política responsável e passível de responsabilização consiste em ampliar os diálogos, deixando de lado as pequenas preocupações egocêntricas e optando por uma mais ampla compreensão social da importância das necessidades e liberdades dos indivíduos, quer hoje, quer no futuro. Não se trata simplesmente de incluir essas preocupações no quadro de um indicador único, por exemplo, sobrelotando o já pesado IDH (que, seja como for, se refere apenas ao bem-estar e à liberdade atuais), mas seguramente de garantir que as discussões sobre o desenvolvimento humano incluam de facto, também, outras preocupações. Os Relatórios do Desenvolvimento Humano podem continuar a contribuir para esse alargamento de horizontes, através da explicação, bem como da apresentação de tabelas contendo informação relevante.

A abordagem do desenvolvimento humano representa um progresso considerável no difícil exercício de compreensão dos êxitos e privações das vidas humanas e de reconhecimento da importância da reflexão e do diálogo, promovendo, dessa forma, a equidade e a justiça no mundo. O ser humano pode parecer-se bastante com os morcegos por não estar facilmente acessível ao instrumento de medição do impaciente investigador da ciência observacional, mas é também capaz de pensar e falar sobre a natureza multifacetada das suas vidas e das dos outros – atuais e futuras - de formas que podem não estar rapidamente ao alcance dos morcegos. São muitas as semelhanças entre ser humano e ser morcego, mas são também numerosas as diferenças.

complementar no futuro. Transitar da concorrência para a cooperação parece depender de políticas que permitam fazer face aos novos desafios.

Fatores impulsionadores do desenvolvimento

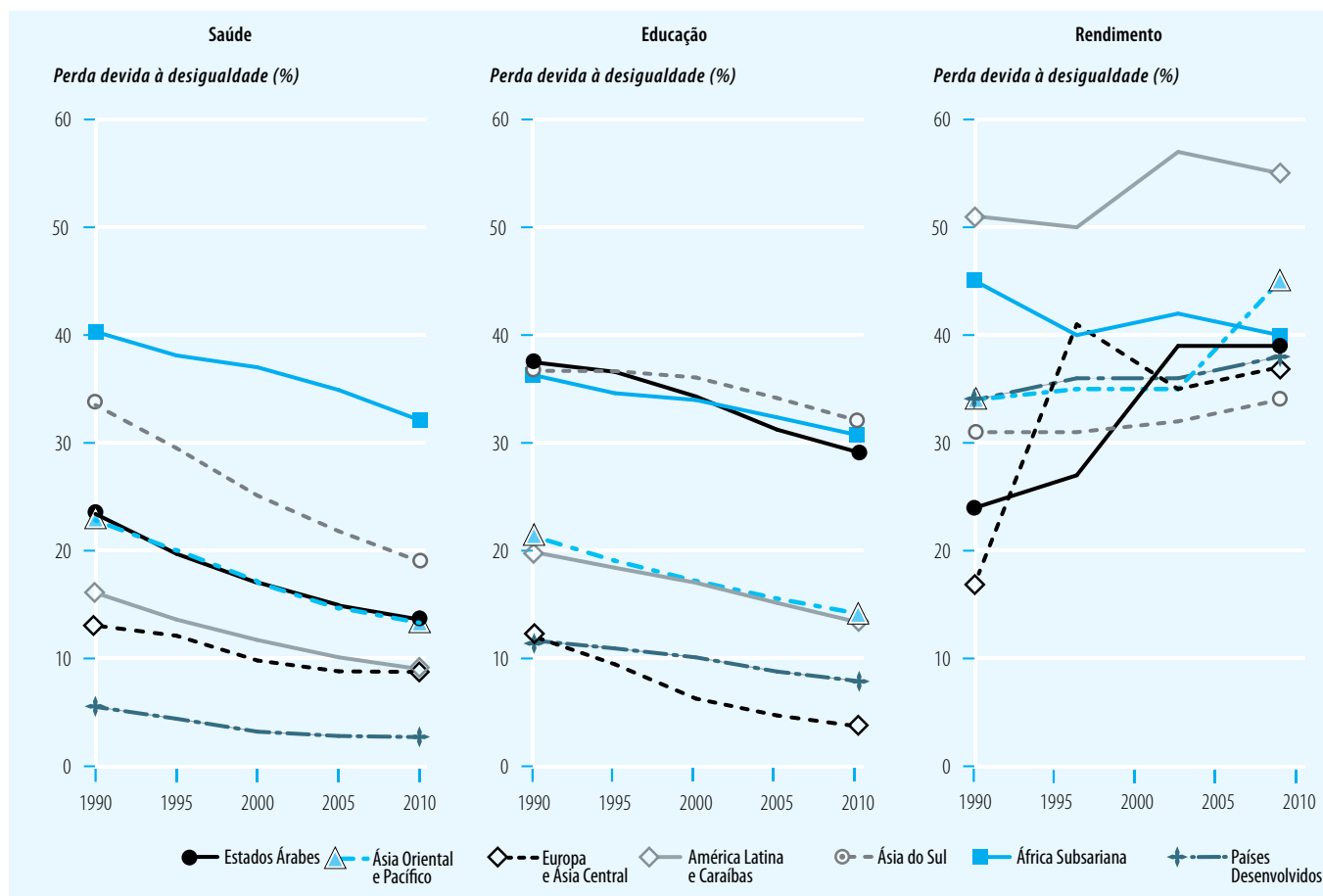
Muitos foram os países que realizaram progressos substanciais nas últimas duas décadas: a ascensão das potências do hemisfério Sul tem sido uma

realidade bastante abrangente. No entanto, vários países houve com um desempenho particularmente elevado, onde, a par de um aumento do rendimento nacional, os indicadores sociais em domínios como a saúde e a educação registaram valores superiores à média (figura 6).

Como foi possível a tantos países do Sul mudar as suas perspetivas em matéria de desenvolvimento humano? A maioria desses países contou com três fatores impulsionadores de desenvolvimento notáveis: um Estado pró-ativo no domínio do

FIGURA 4

A maioria das regiões revela uma crescente desigualdade de rendimento e um decréscimo da desigualdade na saúde e na educação



Fonte: Cálculos do GRDH com base em dados sobre a saúde das tabelas de vida do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, em dados sobre a educação com base em Barro e Lee (2010) e em dados sobre a desigualdade de rendimento com base em Milanovic (2010).
 Nota: Com base num painel equilibrado, ponderado em função da população: de 182 países no que se refere à perda devida às desigualdades na saúde; de 144 países no que se refere à perda devida às desigualdades na educação; e de 66 países no que se refere à perda devida às desigualdades de rendimento. Os dados relativos à desigualdade de rendimento retirados de Milanovic (2010) estão disponíveis até 2005.

desenvolvimento; a exploração de mercados mundiais e uma aposta numa política social inovadora. Estes fatores não assentam em conceções abstratas sobre o processo de desenvolvimento na prática. Pelo contrário, assentam comprovadamente em experiências de desenvolvimento transformadoras de muitos países do Sul. Na verdade, põem muitas vezes em causa abordagens preconcebidas e prescritivas: por um lado, põem de lado uma série de procedimentos coletivistas e geridos a nível central e, por outro, afastam-se da liberalização desenfreada adotada pelo Consenso de Washington.

Fator impulsionador 1: um Estado pró-ativo orientado para o desenvolvimento

Um Estado forte, pró-ativo e responsável desenvolve políticas dirigidas a ambos os setores,

público e privado, com base numa liderança e visão de longo prazo, normas e valores comuns, bem como regras e instituições que promovem a confiança e coesão. Uma transformação duradoura requer que as nações definam uma abordagem ao desenvolvimento consistente e equilibrada. As nações que conseguiram criar condições e sustentar um aumento de rendimento e do desenvolvimento humano, não adotaram, no entanto, uma fórmula única. Confrontadas com desafios diferentes, seguiram diferentes políticas relacionadas com a regulação do mercado, a promoção de exportações, o desenvolvimento industrial e o progresso e adaptação tecnológicos. Há que centrar as prioridades nas pessoas e promover oportunidades, protegendo simultaneamente os cidadãos dos efeitos adversos. Os governos podem incentivar indústrias que, de outra forma, devido a

A integração do Sul na economia mundial e o desenvolvimento humano

Numa amostra de 107 países em desenvolvimento, por um período entre 1990-2010, cerca de 87% podem ser considerados globalmente integrados: aumentaram o seu rácio comércio/produto, desfrutaram de várias parcerias comerciais substanciais¹ e mantêm um elevado rácio comércio/produto relativamente a países com níveis de rendimento comparáveis.² Todos estes países em desenvolvimento estão também muito mais interligados com o mundo e entre si: a utilização da Internet tem-se expandido fortemente, registando um crescimento médio anual no número de utilizadores superior a 30% entre 2000 e 2010.

Embora nem todos os países em desenvolvimento integrados globalmente registem rápidos progressos quantificados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o oposto é uma realidade. Quase todos os países em desenvolvimento que, comparativamente aos seus pares entre 1990 e 2012, registaram mais melhorias no que respeita ao IDH (pelo menos 45 na amostra em causa) conseguiram uma maior integração na economia mundial ao longo das últimas duas décadas; o seu aumento em média no rácio comércio/produto excede em cerca de 13 pontos percentuais o do grupo de países em desenvolvimento que registaram uma melhoria mais modesta no IDH. Este dado é coerente com conclusões anteriores, a saber, que os países tendem a abrir mais as suas economias à medida que se desenvolvem.³

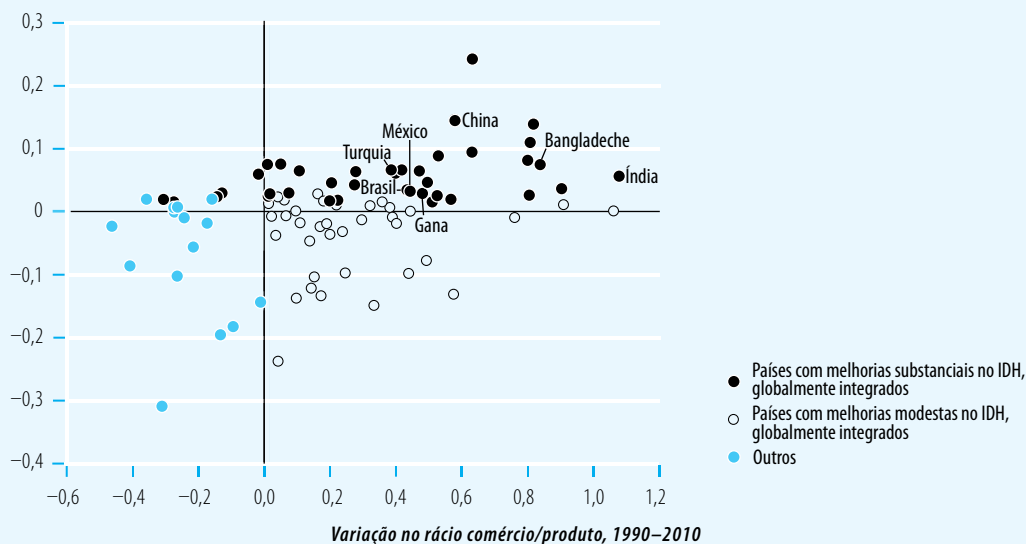
Os países que conseguirem grandes avanços no IDH e cuja integração é cada vez mais visível não incluem apenas os grandes países que dominam as paragonas,

mas também dezenas de países mais pequenos e menos desenvolvidos. Por conseguinte, constituem um grupo mais alargado e mais variado do que as economias de mercado emergentes, muitas vezes designadas por acrónimos, como o BRICS (Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul), o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), o CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietname, Egito, Turquia e África do Sul), e o MIST (México, Indonésia, Coreia do Sul [República da Coreia] e Turquia)

A figura infra estabelece as coordenadas entre a melhoria do IDH e as alterações no rácio comércio/produto, um indicador do nível de participação nos mercados mundiais. Mais de quatro quintos desses países em desenvolvimento aumentaram o seu rácio comércio/produto entre 1990 e 2012. Entre as exceções no subgrupo que também regista uma melhoria substancial do IDH encontram-se a Indonésia, o Paquistão e a Venezuela, três grandes países considerados atores globais nos mercados mundiais, exportando ou importando de pelo menos 80 economias. Dois países mais pequenos cujo rácio comércio/produto diminuiu (Maurícia e Panamá) continuam a situar-se em níveis mais elevados do que seria de esperar no caso de países com níveis de rendimento comparáveis. Todos os países que registaram uma melhoria substancial do IDH e aumentaram o seu rácio comércio/produto entre 1990 e 2012 são assinalados no quadrante superior direito da figura. Os países constantes do quadrante inferior direito (incluindo o Quênia, as Filipinas e a África do Sul) aumentaram o seu rácio comércio/produto, mas apresentam uma melhoria inferior no que respeita ao IDH.

Progresso humano e expansão comercial no Sul

Melhoria relativa de IDH, 1990–2012



1. Comércio bilateral superior a 2 milhões de dólares em 2010-2011.

2. Baseado nos resultados de uma regressão em todos os países do rácio comércio/PIB no rendimento per capita em função da população e da ausência de litoral.

3. Ver Rodrik (2001)

4. A melhoria relativa do IDH é medida pelos residuais de uma regressão da alteração do log de IDH, entre 1990 e 2012 face ao log de IDH inicial em 1990. Os cinco países assinalados a preto no quadrante superior esquerdo registaram uma melhoria substancial do IDH, mas reduziram o seu rácio comércio/produto entre 1990 e 2010, ainda que mantendo um elevado número de relações comerciais substanciais a nível mundial ou aumentando o comércio mais do que o previsto no caso de países com níveis comparáveis de rendimento per capita. Os países marcados com círculos vazios nos quadrantes superior direito e inferior direito registaram uma melhoria do IDH relativamente modesta entre 1990 e 2012, mas aumentaram o seu rácio comércio/produto ou mantiveram relações comerciais bastante alargadas.

Fonte: cálculos do GRDH; rácios comércio/produto baseados em dados do Banco Mundial (2012a).

mercados incompletos, não conseguiriam vingar. Embora significando algum risco de procura de lucro e clientelismo, isto permitiu que vários países do Sul transformassem indústrias ineficazes nos

primeiros sucessos no domínio das exportações à medida que se processava uma maior abertura das suas economias.

Em sociedades grandes e complexas, o resultado de qualquer política específica é inevitavelmente incerto. Assim sendo, os Estados em desenvolvimento precisam de ser pragmáticos e testar uma série de abordagens diferentes. Destacam-se algumas características: por exemplo, os Estados em desenvolvimento que praticam políticas mais amigas do cidadão têm alargado os serviços sociais de base. Investir nas capacidades das pessoas — através da saúde, educação e outros serviços públicos — não é um apêndice do processo de crescimento, mas sim parte integrante do mesmo (figuras 7 e 8). A rápida expansão de empregos de qualidade constitui uma característica fundamental do crescimento que promove o desenvolvimento humano.

Fator impulsionador 2: a integração nos mercados mundiais

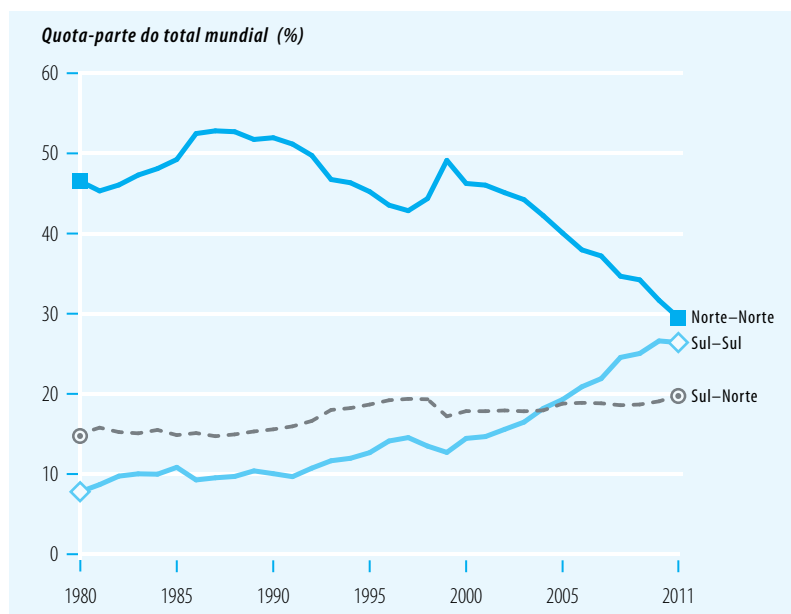
Os mercados globais têm desempenhado um papel importante na promoção do progresso. Todos os países recém-industrializados adotaram a estratégia de “importar o que o resto do mundo sabe e exportar o que o resto do mundo quer”. No entanto, mais importante ainda são as condições de participação nestes mercados. Sem investimento nas pessoas, o retorno dos mercados mundiais tende a ser limitado. O sucesso tende a ser mais o resultado, não de uma rápida abertura, mas sim de uma integração gradual e sequenciada na economia mundial, de acordo com as circunstâncias nacionais e acompanhada de um investimento nas pessoas, instituições e infraestruturas. As economias mais pequenas têm apostado, com sucesso, em produtos de nicho, cuja escolha é o resultado, muitas vezes, de anos de apoio estatal com base nas competências existentes, ou na criação de outras.

Fator impulsionador 3: uma inovação sustentada da política social

Poucos países têm conseguido manter um ritmo de crescimento rápido sem um investimento público de peso — não apenas em infraestruturas, mas também em educação e saúde. O objetivo deve ser a criação de círculos virtuosos, em que as políticas sociais e de crescimento se reforcem mutuamente. Em países onde a desigualdade de rendimento é baixa, o crescimento tem, na generalidade, um impacto mais positivo na redução da pobreza do que em países que registam uma desigualdade elevada. A promoção da igualdade,

FIGURA 5

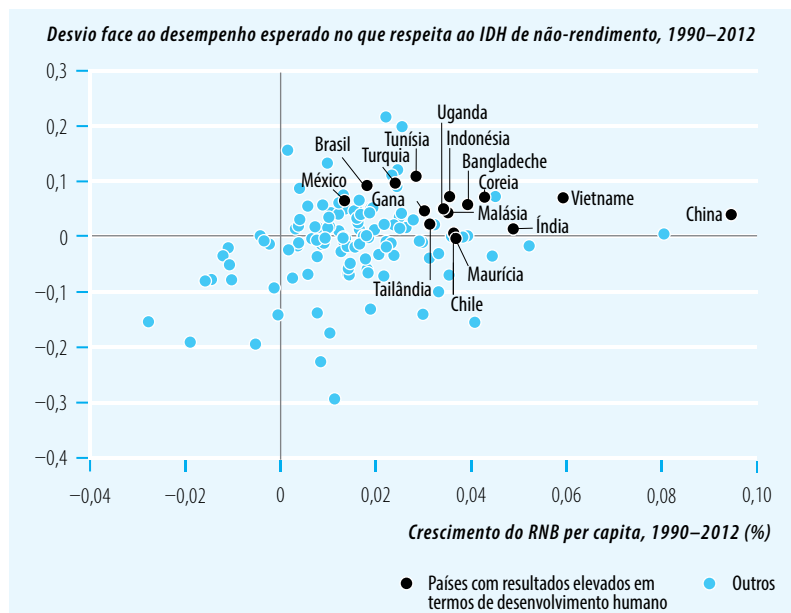
A quota-parte do comércio Sul-Sul no comércio mundial de mercadorias mais do que triplicou em 1980-2011, ao passo que o comércio Norte-Norte registou um declínio



Nota: Por Norte, em 1980, entende-se a Austrália, Canadá, Japão, Nova Zelândia, Estados Unidos e Europa Ocidental.
Fonte: Cálculos do GRDH com base em UNSD (2012).

FIGURA 6

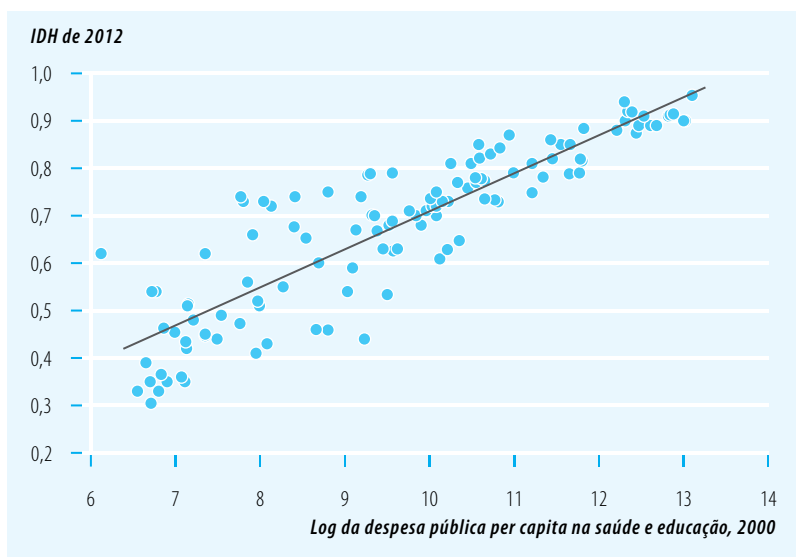
Alguns países registaram bons resultados tanto nas dimensões de rendimento como nas de não-rendimento do IDH



Nota: Com base num conjunto equilibrado de 96 países.
Fonte: Cálculos do GRDH.

FIGURA 7

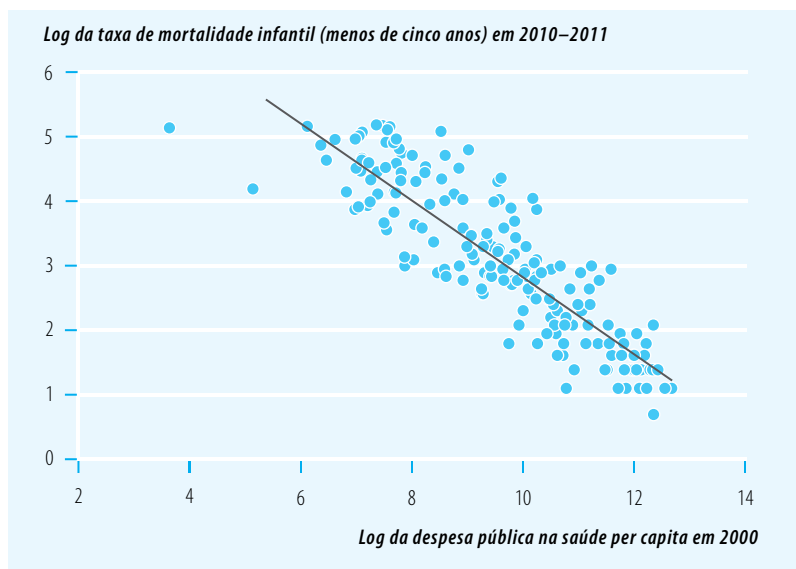
Existe uma correlação positiva entre os valores IDH atuais e a despesa pública anterior . . .



Fonte: Cálculos do GRDH e Banco Mundial (2012a).

FIGURA 8

. . . bem como entre a atual taxa de sobrevivência infantil e a anterior despesa pública na saúde



Fonte: Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2012^o).

especialmente entre os diferentes grupos religiosos, étnicos ou raciais, contribui igualmente para minimizar o conflito social.

A educação, os cuidados de saúde, a proteção social, a habilitação jurídica e a organização social permitem, todas elas, uma participação das pessoas pobres no crescimento. O equilíbrio entre setores — dando especial atenção ao setor rural — bem como a natureza e o ritmo da expansão laboral são cruciais para determinar até que ponto o crescimento permite uma distribuição do rendimento. Todavia, mesmo estes instrumentos políticos de base podem não emancipar os grupos sociais mais desfavorecidos. As franjas pobres da sociedade esforçam-se por expressar as suas preocupações, e os governos nem sempre se certificam de que os serviços chegam a toda a população. A política social deve promover a inclusão — assegurar a não discriminação e a igualdade de tratamento é fundamental para a estabilidade política e social — e prestar serviços sociais de base passíveis de apoiar um crescimento económico a longo prazo, favorecendo a criação de uma força de trabalho saudável e instruída. Nem todos esses serviços têm de ser prestados pelo setor público, contudo, o Estado deve garantir o acesso seguro de todos os cidadãos aos requisitos de base de desenvolvimento humano (ver caixa 3).

Uma agenda destinada a transformar o modelo de desenvolvimento que promova o desenvolvimento humano é, pois, uma agenda multifacetada. Incrementa os ativos dos cidadãos universalizando o acesso aos serviços de base. Melhora o funcionamento das instituições públicas e sociais, com vista a fomentar o crescimento equitativo, através da generalização dos benefícios. Reduz os entraves de ordem burocrática e social à ação económica e à mobilidade social. Responsabiliza as lideranças.

Manter a dinâmica

Muitos países do Sul demonstraram ser muito bem-sucedidos. Contudo, mesmo nos países que registam os melhores resultados, o sucesso futuro não está garantido. Como podem os países do Sul manter o ritmo de progresso no que respeita ao desenvolvimento humano, e como pode o progresso estender-se a outros países? O presente Relatório propõe quatro grandes áreas que podem facilitar esse processo: reforçar a equidade, permitir a sua representação e participação, fazer face aos desafios

O que levou a Cidade de Nova Iorque a olhar para o Sul em busca de aconselhamento sobre políticas de luta contra a pobreza

Em Nova Iorque, trabalhamos com vista melhorar a vida dos nossos habitantes em muitos aspetos. Continuamos a melhorar a qualidade do ensino nas nossas escolas, melhorámos a saúde dos nova-iorquinos, combatendo o tabagismo e a obesidade, e valorizámos a paisagem da cidade, dotando-a de ciclovias e plantando milhares de árvores.

Procurámos também reduzir a pobreza, encontrando novas e mais adequadas de promover a autossuficiência e de preparar os nossos jovens para um futuro risonho. Para nortear este esforço, criámos o Centro de Oportunidades Económicas, cuja missão consiste em identificar estratégias que ajudem a quebrar o ciclo da pobreza através de iniciativas inovadoras em matéria de educação, saúde e emprego.

Nos últimos seis anos, o Centro lançou mais de 50 programas-piloto em parceria com órgãos municipais e centenas de organizações de base comunitária. O Centro desenvolveu uma estratégia de avaliação específica para cada um destes programas-piloto, a fim de acompanhar o seu desempenho, comparar resultados e identificar as estratégias com maior êxito na redução da pobreza e expansão de oportunidades. Os programas que produziram bons resultados são apoiados por novos fundos públicos e privados. Os que não produzem bons resultados são suspensos, sendo os recursos reinvestidos em novas estratégias. As conclusões do Centro são, posteriormente, partilhadas por todas as agências governamentais, responsáveis políticos, organizações parceiras sem fins lucrativos, dadores privados e todos os colegas, no país e em todo o mundo, que procuram igualmente novas formas de pôr fim ao ciclo da pobreza.

Nova Iorque tem a sorte de poder contar com algumas das mentes mais brilhantes do planeta nas suas empresas e universidades, embora reconhecendo que há muito a aprender com programas desenvolvidos noutros locais. Essa a razão por que o Centro iniciou o seu trabalho, levando a cabo um levantamento à escala internacional das estratégias promissoras em matéria de luta contra a pobreza.

Em 2007, o Centro pôs em marcha o programa Opportunity NYC Family Rewards, o primeiro programa de transferência condicionada de rendimento adotado nos Estados Unidos. Baseado em programas semelhantes em curso em mais de 20 outros países, o Family Rewards contribui para a redução da pobreza, proporcionado às famílias incentivos na área dos cuidados preventivos de saúde, da educação e da formação profissional. Na conceção deste programa, baseámo-nos na experiência do México, do Brasil e de dezenas de outros países. Findo o nosso projeto-piloto, ao cabo de três anos, ficaram evidentes os elementos positivos e negativos do programa para a Cidade de Nova Iorque, uma informação que agora se revela útil para o desenvolvimento de uma nova geração de programas à escala mundial.

Antes do lançamento do Opportunity NYC: Family Rewards, desloquei-me a Toluca, no México, para observar em primeira mão o Oportunidades, programa federal mexicano de transferência condicionada de rendimentos que se tem revelado um êxito. Participámos também num intercâmbio de Aprendizagem Norte-Sul sob a égide das Nações Unidas. Trabalhámos com a Fundação Rockefeller, o Banco Mundial, a Organização dos Estados Americanos e outras instituições e responsáveis políticos internacionais, com vista ao intercâmbio de experiências relacionadas com programas de transferência condicionada de rendimentos na América Latina, assim como na Indonésia, África do Sul e Turquia.

Os nossos intercâmbios internacionais em matéria de aprendizagem não se limitam a estas iniciativas de transferência de rendimentos; incluem também abordagens inovadoras relacionadas com transportes urbanos, novas iniciativas na área da educação e outros programas.

Visto que ninguém detém o monopólio das boas ideias, Nova Iorque continuará a aprender com as boas práticas de outras cidades e países. E à medida que adaptamos e avaliamos novos programas na nossa própria cidade, continuamos empenhados em retribuir estes ensinamentos e em deixar o nosso contributo de forma duradoura em comunidades de todo o mundo.

ambientais e gerir as alterações demográficas. O Relatório aponta para o elevado custo da inação política e defende maior ambição política.

Reforçar a equidade

Maior equidade, incluindo entre homens e mulheres e entre outros grupos, além de ser essencial, é também importante para a promoção do desenvolvimento humano. Um dos instrumentos mais poderosos que cumpre esta finalidade é a educação. A educação aumenta a autoconfiança das pessoas e permite aceder a melhores empregos, participar do debate público e exigir do governo cuidados de saúde, segurança social e outros direitos.

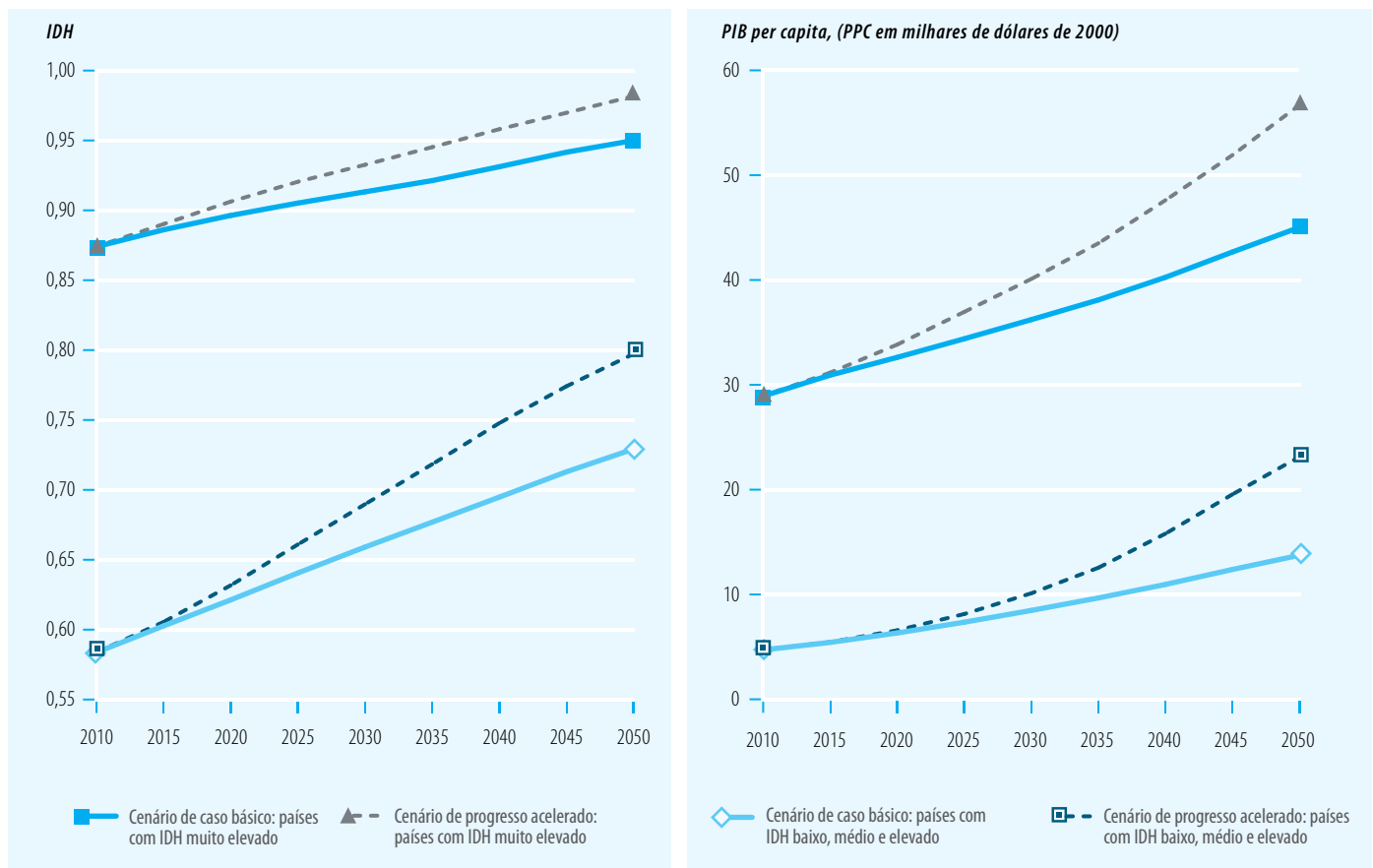
A educação também se reflete de forma marcante na saúde e mortalidade (caixa 2). A investigação com vista ao presente Relatório mostra que o nível de educação da mãe é mais importante para a sobrevivência da criança do que o rendimento familiar ou riqueza e que as intervenções políticas têm um maior impacto onde os resultados da educação são inicialmente mais fracos. Esta constatação tem

implicações políticas profundas, atendendo a que pode transpor a tónica anteriormente colocada nos esforços com vista a um rendimento familiar mais elevado para as medidas destinadas a melhorar a educação de jovens do sexo feminino.

O presente Relatório constitui um forte argumento a favor da ambição política. Um cenário de progresso acelerado sugere que os países com um IDH baixo podem convergir para os níveis de desenvolvimento humano alcançados pelos países com IDH elevado e muito elevado. Até 2050, o IDH agregado poderia aumentar em 52% na África subsariana (de 0,402 para 0,612) e 36% na Ásia do Sul (de 0,527 para 0,714). As intervenções políticas desse tipo também terão um impacto positivo na luta contra a pobreza. Em contrapartida, os custos da inação serão mais elevados, especialmente nos países com um IDH baixo, que são mais vulneráveis. Por exemplo, não implementar políticas universais ambiciosas no domínio da educação afetará negativamente muitos pilares essenciais do desenvolvimento humano para as gerações futuras.

O presente Relatório constitui um forte argumento a favor da ambição política

FIGURA 9



Em termos de desenvolvimento humano, o custo da inação é mais elevado nos países com um IDH inferior. Em termos de perda de PIB per capita, o custo da inação é proporcionalmente igual para os países, independentemente do seu nível de IDH.

Fonte: Cálculos do GRDH com base em Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

Permitir a representação e a participação

A menos que as pessoas possam participar significativamente nos acontecimentos e processos que moldam as suas vidas, as vias de desenvolvimento humano no plano nacional não serão nem desejáveis nem sustentáveis. As pessoas devem poder influenciar as decisões políticas e os resultados — e os jovens em particular, devem poder ter a expectativa de maiores oportunidades económicas e de participação e responsabilização políticas.

A insatisfação é cada vez maior, tanto no Norte como no Sul, à medida que as pessoas exigem mais oportunidades para expressar as suas preocupações e influenciar as políticas praticadas, com o propósito de assegurar uma proteção social de base e o progresso social. Entre os manifestantes mais ativos incluem-se os jovens. Em parte, é uma resposta às oportunidades de emprego limitadas para jovens instruídos. A história está repleta de

rebeliões populares contra governos que não oferecem respostas. Estes tumultos podem minar o desenvolvimento humano — sendo que a agitação impede o investimento e o crescimento, e os governos autocráticos desviam recursos para manter a lei e a ordem.

É difícil prever o momento em que as sociedades atingem pontos de rutura. Os protestos em massa, especialmente vindos de pessoas instruídas, tendem a surgir quando as fracas perspetivas económicas diminuem o custo de oportunidade de participar em tais protestos. Estas “formas de participação política com base num esforço intensivo” são, então, facilmente coordenadas pelas novas formas de comunicação de massas.

Fazer face aos desafios ambientais

As ameaças ambientais, como as alterações climáticas, a desflorestação, a poluição atmosférica

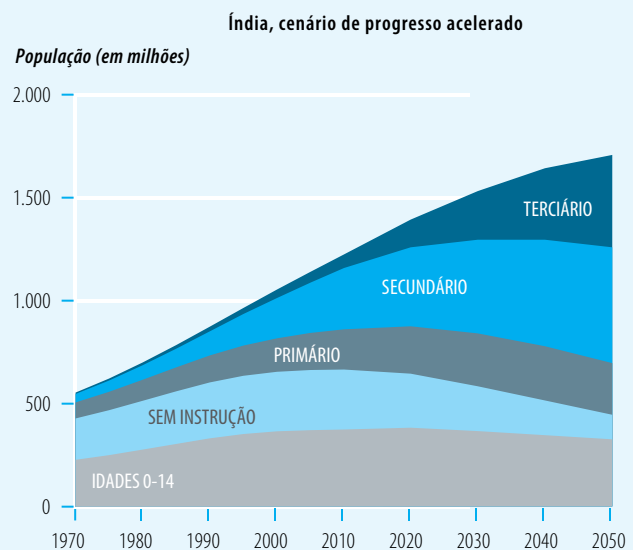
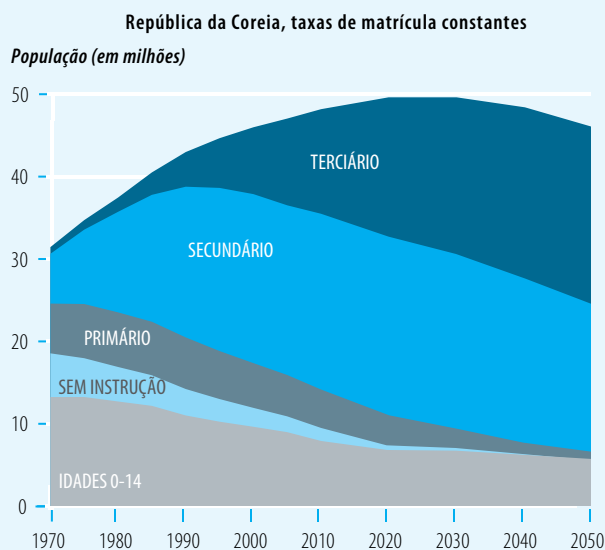
Razões das prováveis diferenças nas perspectivas da população da República da Coreia e da Índia

O sucesso escolar aumentou rapidamente na República da Coreia. Na década de 1950 uma grande percentagem de crianças em idade escolar não recebia educação formal. Hoje em dia, as jovens coreanas estão entre as mulheres com melhor nível de instrução do mundo; mais de metade concluiu um curso superior. Por consequência, os coreanos idosos do futuro terão um nível de instrução superior ao dos coreanos idosos de hoje (consultar a figura) e, devido à correlação positiva existente entre a educação e a saúde, também é provável que sejam mais saudáveis.

Partindo do princípio de que as taxas de matrícula (que são elevadas) se mantêm, a percentagem da população com idade inferior a 14 anos descerá de 16% em 2010 para 13% em 2050. Haverá também uma acentuada modificação na composição da população em termos de escolaridade: prevê-se que a percentagem dos que frequentam o ensino superior subirá de 26% para 47%.

Para a Índia, o cenário é muito diferente. Antes do ano 2000, mais de metade da população adulta não tinha recebido educação formal. Apesar do recente aumento da escolaridade básica e do crescimento impressionante do número de indianos mais instruídos (indubitavelmente um fator fundamental do recente crescimento económico da Índia), a percentagem da população adulta sem qualquer instrução só lentamente registará um declínio. Em parte devido a este nível mais baixo de instrução, principalmente entre as mulheres, prevê-se que a população da Índia cresça rapidamente, ultrapassando a China como país mais populoso do mundo. Mesmo com um cenário acelerado otimista, que parta do princípio de que haverá uma expansão da educação semelhante à da Coreia, a distribuição da educação na Índia em 2050 continuará a ser muito desigual, havendo um número considerável de adultos (sobretudo idosos) sem instrução. Neste cenário, porém, a rápida expansão do ensino superior criará uma força de trabalho constituída por jovens adultos com um elevado nível de instrução.

Futuro da população e da educação na República da Coreia e na Índia em termos comparativos



Fonte: Lutz e K.C. 2013

e dos recursos hídricos e as catástrofes naturais afetam todos, mas atingem sobretudo os países pobres e as comunidades pobres. As alterações climáticas já agravam as ameaças ambientais crónicas, e as perdas de ecossistemas restringem oportunidades de subsistência, especialmente no caso das populações pobres.

Apesar de os países com um IDH baixo contribuírem menos para as alterações climáticas globais, são eles os que provavelmente terão de suportar a maior perda no que se refere à precipitação anual e os mais acentuados aumentos na sua variabilidade, com implicações graves para a produção agrícola e a subsistência. A dimensão dessas perdas realça a urgência de medidas de adaptação para aumentar a resiliência dos indivíduos às alterações climáticas.

O custo da inação será provavelmente elevado. Quanto mais tempo se mantiver a inação, maior o custo. Para garantir economias e sociedades sustentáveis, são necessárias novas políticas e mudanças estruturais que alinhem os objetivos do desenvolvimento humano e das alterações climáticas em matéria de estratégias de baixas emissões e de resiliência às alterações climáticas e mecanismos inovadores de financiamento público-privado.

Gerir as alterações demográficas

Entre 1970 e 2011, a população mundial aumentou de 3 600 para 7 000 milhões. À medida que a população mundial se torna mais instruída, a sua taxa de crescimento abranda. Além disso, as

Alguns dos processos intergovernamentais ganhariam robustez com uma maior participação do Sul

perspetivas de desenvolvimento são influenciadas não apenas pelo número total de pessoas, mas também pela estrutura etária da população. Uma preocupação que cada vez mais se faz sentir prende-se com a taxa de dependência de determinado país, isto é, o número de jovens e idosos dividido pela população em idade ativa de um país com idades compreendidas entre 15 e 64 anos.

Algumas regiões mais pobres poderiam beneficiar de um “dividendo demográfico”, à medida que a percentagem da população em idade ativa aumenta, mas apenas nos casos em que se desenvolve uma ação política forte. A educação das raparigas é um instrumento fundamental para possibilitar o dividendo demográfico. As mulheres com maior instrução tendem a ter menos filhos, mais saudáveis e mais bem instruídos, além de que, em muitos países, as mulheres instruídas também desfrutam de salários mais elevados do que os trabalhadores sem instrução.

Em contrapartida, as regiões mais ricas do Sul deparam-se com um problema muito diferente: à medida que a sua população envelhece, a percentagem de população em idade ativa diminui. A taxa de envelhecimento da população interessa, dado que os países em desenvolvimento terão de lutar por atender às necessidades de uma população envelhecida se ainda forem pobres. Muitos dos países em desenvolvimento têm agora apenas uma pequena janela de oportunidade para colher os benefícios do dividendo demográfico.

As tendências demográficas não são, no entanto, uma fatalidade. Podem ser alteradas, especialmente, por meio de políticas de educação. Este Relatório apresenta dois cenários para 2010-2050: um cenário de caso básico, em que persistem as atuais tendências na educação, e um cenário de progresso acelerado, em que os países com os níveis iniciais mais baixos abraçam metas em matéria de educação ambiciosas. Para os países com um IDH baixo, a descida da taxa de dependência num cenário mais ambicioso é mais do dobro do que a verificada num cenário de base. Políticas de educação ambiciosas podem permitir aos países com um IDH médio e elevado conter os aumentos previsíveis da sua taxa de dependência, facilitando assim a transição demográfica para uma população em envelhecimento.

Dar resposta a estes desafios demográficos exigirá níveis de escolaridade mais elevados a par de um aumento de oportunidades de emprego produtivo — reduzindo o desemprego, promovendo

a produtividade laboral e aumentando a participação no mercado de trabalho, em particular das mulheres e trabalhadores mais velhos.

Governança e parcerias de uma nova era

Os novos dispositivos promovidos pelo Sul e o pluralismo daí resultante põem em causa instituições e processos existentes em domínios tradicionalmente caracterizados pelo multilateralismo, nomeadamente os das finanças, do comércio, do investimento e da saúde, umas vezes de forma direta e outras de forma indireta através de sistemas regionais e sub-regionais alternativos. A governação global e regional transforma-se num mosaico de novos dispositivos e antigas estruturas que é necessário alimentar coletivamente de múltiplas maneiras. As reformas em instituições globais têm imperiosamente de ser acompanhadas por uma cooperação reforçada com instituições regionais, às quais, em determinados casos, deverão ser atribuídos mandatos mais alargados. A responsabilização das organizações tem de ser estendida a um grupo mais amplo de países, bem como a um grupo mais amplo de intervenientes.

Muitas das atuais instituições e princípios de governação internacional foram concebidos com vista a uma ordem mundial muito diferente da atual, o que dá origem a uma sub-representação do Sul. As instituições internacionais, se quiserem sobreviver, precisam de ser mais representativas, transparentes e passíveis de responsabilização. Na verdade, alguns dos processos intergovernamentais ganhariam robustez com uma maior participação do Sul, que pode contribuir com recursos financeiros, tecnológicos e humanos substanciais.

Em tudo isso, os governos estão, e compreensivelmente, preocupados preservar a soberania nacional. Uma defesa acérrima da primazia da soberania nacional pode encorajar o pensamento de soma zero. Uma estratégia melhor seria uma “soberania responsável”, por via da qual as nações estabelecem uma cooperação a nível internacional, justa, que responda pelos seus atos e baseada em regras, reunindo esforços coletivos com vista à melhoria do bem-estar mundial. A soberania responsável também exige que os Estados garantam o respeito pelos direitos humanos e a segurança dos seus cidadãos. De acordo com este ponto de

vista, a soberania é vista não apenas como um direito, mas como uma responsabilidade.

Este mundo em mudança tem profundas implicações na provisão de bens públicos. Entre as áreas que suscitam preocupação internacional e merecem atenção urgente encontram-se as relacionadas com o comércio, a migração e as alterações climáticas. Em alguns casos, os bens públicos podem ser disponibilizados por instituições regionais, as quais têm capacidade de evitar a polarização que por vezes atrasa, nos fóruns multilaterais e mais alargados, a consecução de progressos. Aumentar a cooperação regional pode, no entanto, ter desvantagens: sobrecarregar uma tapeçaria de instituições complexa, multinível e fragmentada. O desafio é pois garantir o “pluralismo coerente”, por forma a assegurar uma ampla coordenação do trabalho das instituições, a todos os níveis.

As instituições de governação internacionais podem ser responsabilizadas não apenas pelos Estados-Membros, mas também pela sociedade civil em geral. As organizações da sociedade civil já influenciaram a transparência global, bem como a regulamentação relativa a matérias como a ajuda, dívida, direitos humanos, saúde e alterações climáticas. Atualmente, as redes da sociedade civil tiram partido das novas tecnologias de comunicação e dos novos media. No entanto, as organizações da sociedade civil também se deparam com questões sobre a sua legitimidade e responsabilização, podendo assumir formas indesejáveis. Contudo, a legitimidade da governação internacional, no futuro, dependerá da capacidade das instituições para interagir com as redes e comunidades de cidadãos.

Conclusões: parceiros numa nova era

Muitos países do Sul já demonstraram o que é possível fazer, mas a verdade é que apenas percorreram uma parte do caminho. Para os próximos anos, o presente Relatório adianta cinco grandes conclusões:

A crescente força económica no Sul deve ser acompanhada por um compromisso total com o desenvolvimento humano

O investimento no desenvolvimento humano justifica-se não só por razões morais, mas também pelo facto de a chave do sucesso numa economia

mundial mais competitiva e dinâmica residir na melhoria da saúde, educação e bem-estar social. Em particular, estes investimentos devem visar os pobres, permitindo a sua interação com os mercados e aumentando as suas oportunidades de subsistência. A pobreza é uma injustiça que pode e deve ser sanada por ações concretas.

As boas decisões políticas também requerem um empenho no reforço das capacidades sociais e não apenas individuais. Os indivíduos estão enquadrados em instituições sociais que podem limitar ou reforçar o seu potencial de desenvolvimento. As políticas destinadas a mudar as normas sociais que limitam o potencial humano como a restrição dos casamentos precoces e da exigência de dote oferecem ao indivíduo oportunidades de explorar o seu pleno potencial.

Os países menos desenvolvidos podem aprender e beneficiar com o sucesso das economias emergentes do Sul

A acumulação sem precedentes de reservas financeiras e fundos soberanos do Norte e do Sul abre a oportunidade de realizar amplos progressos mais rapidamente. Mesmo uma pequena parte destes fundos afetada ao desenvolvimento humano e à erradicação da pobreza poderia ter um efeito considerável. Simultaneamente, o comércio e os fluxos de investimento Sul-Sul podem alavancar, de novas formas, os mercados estrangeiros, de modo a aumentar as oportunidades de desenvolvimento, através, por exemplo, da participação em cadeias de valor globais e regionais.

Um comércio e investimento florescentes Sul-Sul, em particular, podem criar as condições que permitem transferir a capacidade de produção para outras regiões e países menos desenvolvidos. As recentes Joint ventures chinesas e indianas e os investimentos destinados ao arranque da produção em África poderão representar um prelúdio de uma dinâmica muito alargada. As redes de produção internacionais oferecem a oportunidade de acelerar o desenvolvimento, permitindo que os países deem um salto para modos de produção mais sofisticados.

A integração regional e as relações Sul-Sul podem ser facilitadas por novas instituições e novas parcerias

A criação de novas instituições e parcerias pode ajudar os países a partilhar conhecimentos,

A acumulação sem precedentes de reservas financeiras e fundos soberanos do Norte e do Sul abre a oportunidade de realizar amplos progressos mais rapidamente

experiências e tecnologia. Trata-se de instituições novas e mais sólidas que permitam promover o comércio e os investimentos e acelerar o intercâmbio de experiências em todo o Sul. Um dos passos possíveis consistiria na criação de uma nova Comissão para o Sul, portadora de uma nova visão que permita transformar a diversidade do Sul num motor da solidariedade.

Uma maior representação do Sul e da sociedade civil pode acelerar o progresso no que respeita aos grandes desafios mundiais

A ascensão do Sul conduz a uma maior diversidade de vozes no cenário mundial. Este fator constitui uma oportunidade para construir instituições de governação que representem cabalmente todos os círculos da sociedade e aproveitem de forma produtiva essa diversidade na procura de soluções para os problemas mundiais.

As organizações internacionais carecem de novos princípios orientadores que incorporem a experiência do Sul. O aparecimento do Grupo dos 20 (G-20) constitui um passo importante nessa direção, contudo, os países do Sul necessitam igualmente de uma representação mais equitativa nas instituições de Bretton Woods, na Organização das Nações Unidas e noutros organismos internacionais.

Os meios de comunicação social são hoje utilizados por uma sociedade civil e movimentos sociais ativos, nacionais e transnacionais, para propalar as suas reivindicações de uma governação justa e equitativa. A multiplicação de movimentos e de plataformas para veicular mensagens e reivindicações essenciais impele as instituições de governação a adotar princípios mais democráticos e inclusivos. Mais genericamente, um mundo mais justo e menos desigual impõe a existência de espaço para uma multiplicidade de vozes, bem como um sistema de discurso público.

A ascensão do Sul apresenta novas oportunidades para gerar uma maior oferta de bens públicos

Um mundo sustentável exige uma maior disponibilidade de bens públicos mundiais. As questões que se colocam a nível global são hoje em maior número e mais prementes, indo desde a mitigação das alterações climáticas e da instabilidade económica e financeira internacional até à

luta contra o terrorismo e a proliferação nuclear. Estas questões exigem uma resposta mundial. No entanto, em muitas áreas, a cooperação internacional continua a ser lenta e, por vezes, perigosamente hesitante. A ascensão do Sul apresenta novas oportunidades para uma disponibilização mais eficaz de bens públicos mundiais, bem como para desbloquear o persistente impasse que se verifica em muitas questões globais.

O carácter público ou privado não é, na maioria dos casos, uma propriedade inata de um bem público, deriva sim de uma construção social e, como tal, representa uma escolha política. Os governos nacionais podem intervir quando existe escassez a nível nacional, porém, quando os desafios globais surgem, a cooperação internacional é necessária, o que apenas pode acontecer por via das ações voluntárias de numerosos governos. Dados os muitos desafios urgentes, o progresso na definição do que é público e do que é privado exigirá uma liderança firme e empenhada a nível pessoal e institucional.

* * *

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 ilustra o contexto mundial contemporâneo e delinea um roteiro com vista a permitir aos decisores políticos e aos cidadãos trilhar os caminhos cada vez mais interligados do mundo e enfrentar os crescentes desafios globais. Descreve a mudança em curso nas dinâmicas de poder, na representatividade e na riqueza no mundo e identifica as novas políticas e instituições necessárias para fazer face a estas realidades do século XXI e promover o desenvolvimento humano com maior equidade, sustentabilidade e integração social. O progresso no desenvolvimento humano requer ação e instituições, tanto a nível mundial como nacional. A nível mundial, são necessárias reformas e inovação nas instituições, com vista à salvaguarda e provisão de bens públicos mundiais. A nível nacional, é crucial o compromisso do Estado com a justiça social, assim como o reconhecimento de que, dada a diversidade de contextos, culturas e condições institucionais nacionais, as políticas tecnocráticas de “tamanho único” não são, nem realistas, nem eficazes. No entanto, os princípios gerais, como a coesão social, o compromisso do Estado com a saúde, a educação e a proteção social, e a abertura à integração comercial perfilam-se como um meio para a consecução de um desenvolvimento humano sustentável e equitativo.

A ascensão do Sul apresenta novas oportunidades para uma disponibilização mais eficaz de bens públicos mundiais, bem como para desbloquear o persistente impasse que se verifica em muitas questões globais

Classificações do IDH em 2012 e respetivas variações de 2011 para 2012

Afeganistão	175			Estados Federados da Micronésia	117			Namíbia	128		
África do Sul	121	1	↑	Estados Unidos	3	-1	↓	Nepal	157		
Albânia	70	-1	↓	Estónia	33	1	↑	Nicarágua	129		
Alemanha	5			Etiópia	173	-1	↓	Niger	186	1	↑
Andorra	33	-1	↓	Federação Russa	55			Nigéria	153	1	↑
Angola	148			Fiji, Ilhas	96	2	↑	Noruega	1		
Antiga República Jugoslava da Macedónia	78	-2	↓	Filipinas	114			Nova Zelândia	6		
Antígua e Barbuda	67	-1	↓	Finlândia	21			Omã	84	-1	↓
Arábia Saudita	57			França	20			Países Baixos	4		
Argélia	93	-1	↓	Gabão	106			Palau	52	2	↑
Argentina	45	-1	↓	Gâmbia	165			Palestina, Estado da	110	1	↑
Arménia	87	-1	↓	Gana	135			Panamá	59	1	↑
Austrália	2			Geórgia	72	3	↑	Papúasia - Nova Guiné	156		
Áustria	18			Granada	63	-1	↓	Paquistão	146		
Azerbaijão	82	-1	↓	Grécia	29			Paraguai	111	-2	↓
Bahamas	49			Guatemala	133			Peru	77	-1	↓
Bangladeche	146	1	↓	Guiana	118	1	↑	Polónia	39		
Baráin	48			Guiné	178	-1	↓	Portugal	43	-3	↓
Barbados	38			Guiné Equatorial	136			Qatar	36		
Bélgica	17			Guiné-Bissau	176			Quénia	145		
Belize	96			Haiti	161	1	↑	Quirguizistão	125		
Benim	166			Honduras	120			Quiribati	121		
Bielorrússia	50	1	↑	Hong Kong, China (RAE)	13	1	↑	Reino Unido	26		
Bolívia, Estado Plurinacional da	108			Hungria	37			República Checa	28		
Bósnia-Herzegovina	81	-1	↓	Íemen	160	-2	↓	República Dominicana	96	2	↑
Botsuana	119	-1	↓	Ilhas Salomão	143			Roménia	56	-1	↓
Brasil	85			Índia	136			Ruanda	167		
Brunei Darussalam	30			Indonésia	121	3	↑	Samoa	96		
Bulgária	57			Irão, República Islâmica do	76	-2	↓	Santa Lúcia	88		
Burquina Faso	183			Iraque	131	1	↑	São Cristóvão e Nevis	72	-1	↓
Burundi	178	-1	↓	Irlanda	7			São Tomé e Príncipe	144		
Butão	140	1	↑	Islândia	13			São Vicente e Granadinas	83	-2	↓
Cabo Verde	132	-1	↓	Israel	16			Seicheles	46		
Camarões	150			Itália	25			Senegal	154	-2	↓
Camboja	138			Jamaica	85	-2	↓	Serra Leoa	177	2	↑
Canadá	11	-1	↓	Japão	10			Sérvia	64		
Cazaquistão	69	-1	↓	Jordânia	100			Singapura	18		
Centro-Africana, República	180	-1	↓	Koweit	54	-1	↓	Síria, República Árabe da	116		
Chade	184			Laos, República Democrática Popular do	138			Sri Lanca	92		
Chile	40			Lesoto	158	1	↑	Suazilândia	141	-1	↓
China, República Popular da	101			Letónia	44	1	↑	Sudão	171	-1	↓
Chipre	31			Libano	72			Suécia	7		
Colômbia	91			Libéria	174			Suíça	9		
Comores	169	-1	↓	Libia	64	23	↑	Suriname	105		
Congo	142			Listenstaine	24			Tailândia	103	1	↑
Congo, República Democrática do	186			Lituânia	41	2	↑	Tajiquistão	125	1	↑
Coreia, República da	12			Luxemburgo	26			Tanzânia, República Unida da	152	1	↑
Costa do Marfim	168	1	↑	Madagáscar	151			Timor-Leste	134		
Costa Rica	62			Malásia	64	1	↑	Togo	159	1	↑
Croácia	47	-1	↓	Malauí	170	1	↑	Tonga	95		
Cuba	59			Maldivas	104	-1	↓	Trinidade e Tobago	67	-1	↓
Dinamarca	15			Mali	182	-1	↓	Tunísia	94		
Djibouti	164			Malta	32	1	↑	Turquemenistão	102		
Domínica	72			Marrocos	130			Turquia	90		
Egito	112			Maurícia	80	-1	↓	Ucrânia	78		
El Salvador	107	-1	↓	Mauritânia	155			Uganda	161		
Emiratos Árabes Unidos	41	-1	↓	México	61			Uruguai	51		
Equador	89			Mianmar	149			Usbequistão	114	1	↑
Eritreia	181	1	↑	Moçambique	185			Vanuatu	124	-2	↓
Eslováquia	35			Moldávia, República da	113			Venezuela, República Bolivariana da	71	-1	↓
Eslovénia	21			Mongólia	108	2	↑	Vietname	127		
Espanha	23			Montenegro	52	-2	↓	Zâmbia	163		

Nota: Os valores positivos ou negativos na coluna mais à direita indicam o número de posições que o país subiu ou desceu na classificação entre 2011–2012, com base em dados e metodologias consistentes; a ausência de referência significa que não se verificou qualquer alteração.

Índices de Desenvolvimento Humano

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH ajustado à desigualdade		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional	
	Valor	Valor	Classificação	Valor	Classificação	Valor	Ano
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO							
1	Noruega	0,955	0,894	1	0,065	5	-
2	Austrália	0,938	0,864	2	0,115	17	-
3	Estados Unidos	0,937	0,821	16	0,256	42	-
4	Países Baixos	0,921	0,857	4	0,045	1	-
5	Alemanha	0,920	0,856	5	0,075	6	-
6	Nova Zelândia	0,919	-	-	0,164	31	-
7	Irlanda	0,916	0,850	6	0,121	19	-
7	Suécia	0,916	0,859	3	0,055	2	-
9	Suíça	0,913	0,849	7	0,057	3	-
10	Japão	0,912	-	-	0,131	21	-
11	Canadá	0,911	0,832	13	0,119	18	-
12	Coreia, República da	0,909	0,758	28	0,153	27	-
13	Hong Kong, China (RAE)	0,906	-	-	-	-	-
13	Islândia	0,906	0,848	8	0,089	10	-
15	Dinamarca	0,901	0,845	9	0,057	3	-
16	Israel	0,900	0,790	21	0,144	25	-
17	Bélgica	0,897	0,825	15	0,098	12	-
18	Áustria	0,895	0,837	12	0,102	14	-
18	Singapura	0,895	-	-	0,101	13	-
20	França	0,893	0,812	18	0,083	9	-
21	Finlândia	0,892	0,839	11	0,075	6	-
21	Eslovénia	0,892	0,840	10	0,080	8	0,000 2003
23	Espanha	0,885	0,796	20	0,103	15	-
24	Listenstaine	0,883	-	-	-	-	-
25	Itália	0,881	0,776	24	0,094	11	-
26	Luxemburgo	0,875	0,813	17	0,149	26	-
26	Reino Unido	0,875	0,802	19	0,205	34	-
28	República Checa	0,873	0,826	14	0,122	20	0,010 2002/2003
29	Grécia	0,860	0,760	27	0,136	23	-
30	Brunei Darussalam	0,855	-	-	-	-	-
31	Chipre	0,848	0,751	29	0,134	22	-
32	Malta	0,847	0,778	23	0,236	39	-
33	Andorra	0,846	-	-	-	-	-
33	Estónia	0,846	0,770	25	0,158	29	0,026 2003
35	Eslováquia	0,840	0,788	22	0,171	32	0,000 2003
36	Qatar	0,834	-	-	0,546	117	-
37	Hungria	0,831	0,769	26	0,256	42	0,016 2003
38	Barbados	0,825	-	-	0,343	61	-
39	Polónia	0,821	0,740	30	0,140	24	-
40	Chile	0,819	0,664	41	0,360	66	-
41	Lituânia	0,818	0,727	33	0,157	28	-
41	Emiratos Árabes Unidos	0,818	-	-	0,241	40	0,002 2003
43	Portugal	0,816	0,729	32	0,114	16	-
44	Letónia	0,814	0,726	35	0,216	36	0,006 2003
45	Argentina	0,811	0,653	43	0,380	71	0,011 2005
46	Seicheles	0,806	-	-	-	-	-
47	Croácia	0,805	0,683	39	0,179	33	0,016 2003
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
48	Barain	0,796	-	-	0,258	45	-
49	Bahamas	0,794	-	-	0,316	53	-
50	Bielorrússia	0,793	0,727	33	-	-	0,000 2005
51	Uruguai	0,792	0,662	42	0,367	69	0,006 2002/2003
52	Montenegro	0,791	0,733	31	-	-	0,006 2005/2006
52	Palau	0,791	-	-	-	-	-
54	Koweit	0,790	-	-	0,274	47	-
55	Federação Russa	0,788	-	-	0,312	51	0,005 2003
56	Roménia	0,786	0,687	38	0,327	55	-
57	Bulgária	0,782	0,704	36	0,219	38	-
57	Arábia Saudita	0,782	-	-	0,682	145	-
59	Cuba	0,780	-	-	0,356	63	-
59	Panamá	0,780	0,588	57	0,503	108	-

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH ajustado à desigualdade		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional	
	Valor	Valor	Classificação	Valor	Classificação	Valor	Ano
61 México	0,775	0,593	55	0,382	72	0,015	2006
62 Costa Rica	0,773	0,606	54	0,346	62	-	
63 Granada	0,770	-	-	-	-	-	
64 Líbia	0,769	-	-	0,216	36	-	
64 Malásia	0,769	-	-	0,256	42	-	
64 Sérvia	0,769	0,696	37	-	-	0,003	2005/2006
67 Antígua e Barbuda	0,760	-	-	-	-	-	
67 Trinidad e Tobago	0,760	0,644	49	0,311	50	0,020	2006
69 Cazaquistão	0,754	0,652	44	0,312	51	0,002	2006
70 Albânia	0,749	0,645	48	0,251	41	0,005	2008/2009
71 Venezuela, República Bolivariana da	0,748	0,549	66	0,466	93	-	
72 Dominica	0,745	-	-	-	-	-	
72 Geórgia	0,745	0,631	51	0,438	81	0,003	2005
72 Líbano	0,745	0,575	59	0,433	78	-	
72 São Cristóvão e Nevis	0,745	-	-	-	-	-	
76 Irão, República Islâmica do	0,742	-	-	0,496	107	-	
77 Peru	0,741	0,561	62	0,387	73	0,066	2008
78 Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,740	0,631	51	0,162	30	0,008	2005
78 Ucrânia	0,740	0,672	40	0,338	57	0,008	2007
80 Maurícia	0,737	0,639	50	0,377	70	-	
81 Bósnia-Herzegovina	0,735	0,650	45	-	-	0,003	2006
82 Azerbaijão	0,734	0,650	45	0,323	54	0,021	2006
83 São Vicente e Granadinas	0,733	-	-	-	-	-	
84 Omã	0,731	-	-	0,340	59	-	
85 Brasil	0,730	0,531	70	0,447	85	0,011	2006
85 Jamaica	0,730	0,591	56	0,458	87	-	
87 Arménia	0,729	0,649	47	0,340	59	0,001	2010
88 Santa Lúcia	0,725	-	-	-	-	-	
89 Equador	0,724	0,537	69	0,442	83	0,009	2003
90 Turquia	0,722	0,560	63	0,366	68	0,028	2003
91 Colômbia	0,719	0,519	74	0,459	88	0,022	2010
92 Sri Lanca	0,715	0,607	53	0,402	75	0,021	2003
93 Argélia	0,713	-	-	0,391	74	-	
94 Tunísia	0,712	-	-	0,261	46	0,010	2003
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
95 Tonga	0,710	-	-	0,462	90	-	
96 Belize	0,702	-	-	0,435	79	0,024	2006
96 República Dominicana	0,702	0,510	80	0,508	109	0,018	2007
96 Fiji, Ilhas	0,702	-	-	-	-	-	
96 Samoa	0,702	-	-	-	-	-	
100 Jordânia	0,700	0,568	60	0,482	99	0,008	2009
101 China, República Popular da	0,699	0,543	67	0,213	35	0,056	2002
102 Turquemenistão	0,698	-	-	-	-	-	
103 Tailândia	0,690	0,543	67	0,360	66	0,006	2005/2006
104 Maldivas	0,688	0,515	76	0,357	64	0,018	2009
105 Suriname	0,684	0,526	72	0,467	94	0,039	2006
106 Gabão	0,683	0,550	65	0,492	105	-	
107 El Salvador	0,680	0,499	83	0,441	82	-	
108 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,675	0,444	85	0,474	97	0,089	2008
108 Mongólia	0,675	0,568	60	0,328	56	0,065	2005
110 Palestina, Estado da	0,670	-	-	-	-	0,005	2006/2007
111 Paraguai	0,669	-	-	0,472	95	0,064	2002/2003
112 Egito	0,662	0,503	82	0,590	126	0,024	2008
113 Moldávia, República da	0,660	0,584	58	0,303	49	0,007	2005
114 Filipinas	0,654	0,524	73	0,418	77	0,064	2008
114 Usbequistão	0,654	0,551	64	-	-	0,008	2006
116 Síria, República Árabe da	0,648	0,515	76	0,551	118	0,021	2006
117 Micronésia, Estados Federados da	0,645	-	-	-	-	-	
118 Guiana	0,636	0,514	78	0,490	104	0,030	2009
119 Botsuana	0,634	-	-	0,485	102	-	
120 Honduras	0,632	0,458	84	0,483	100	0,159	2005/2006
121 Indonésia	0,629	0,514	78	0,494	106	0,095	2007

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH ajustado à desigualdade		Índice de Desigualdade de Gênero		Índice de Pobreza Multidimensional	
	Valor	Valor	Classificação	Valor	Classificação	Valor	Ano
121	Quiribati	0,629	-	-	-	-	-
121	África do Sul	0,629	-	-	0,462	90	0,057 2008
124	Vanuatu	0,626	-	-	-	-	0,129 2007
125	Quirguizistão	0,622	0,516	75	0,357	64	0,019 2005/2006
125	Tajiquistão	0,622	0,507	81	0,338	57	0,068 2005
127	Vietname	0,617	0,531	70	0,299	48	0,017 2010/2011
128	Namíbia	0,608	0,344	101	0,455	86	0,187 2006/2007
129	Nicarágua	0,599	0,434	86	0,461	89	0,128 2006/2007
130	Marrocos	0,591	0,415	88	0,444	84	0,048 2007
131	Iraque	0,590	-	-	0,557	120	0,059 2006
132	Cabo Verde	0,586	-	-	-	-	-
133	Guatemala	0,581	0,389	92	0,539	114	0,127 2003
134	Timor-Leste	0,576	0,386	93	-	-	0,360 2009/2010
135	Gana	0,558	0,379	94	0,565	121	0,144 2008
136	Guiné Equatorial	0,554	-	-	-	-	-
136	Índia	0,554	0,392	91	0,610	132	0,283 2005/2006
138	Camboja	0,543	0,402	90	0,473	96	0,212 2010
138	Laos, República Democrática Popular do	0,543	0,409	89	0,483	100	0,267 2006
140	Butão	0,538	0,430	87	0,464	92	0,119 2010
141	Suazilândia	0,536	0,346	99	0,525	112	0,086 2010
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
142	Congo	0,534	0,368	96	0,610	132	0,208 2009
143	Ilhas Salomão	0,530	-	-	-	-	-
144	São Tomé e Príncipe	0,525	0,358	97	-	-	0,154 2008/2009
145	Quênia	0,519	0,344	101	0,608	130	0,229 2008/2009
146	Bangladeche	0,515	0,374	95	0,518	111	0,292 2007
146	Paquistão	0,515	0,356	98	0,567	123	0,264 2006/2007
148	Angola	0,508	0,285	114	-	-	-
149	Mianmar	0,498	-	-	0,437	80	-
150	Camarões	0,495	0,330	104	0,628	137	0,287 2004
151	Madagáscar	0,483	0,335	103	-	-	0,357 2008/2009
152	Tanzânia, República Unida da	0,476	0,346	99	0,556	119	0,332 2010
153	Nigéria	0,471	0,276	119	-	-	0,310 2008
154	Senegal	0,470	0,315	105	0,540	115	0,439 2010/2011
155	Mauritânia	0,467	0,306	107	0,643	139	0,352 2007
156	Papuásia - Nova Guiné	0,466	-	-	0,617	134	-
157	Nepal	0,463	0,304	109	0,485	102	0,217 2011
158	Lesoto	0,461	0,296	111	0,534	113	0,156 2009
159	Togo	0,459	0,305	108	0,566	122	0,284 2006
160	Iémen	0,458	0,310	106	0,747	148	0,283 2006
161	Haiti	0,456	0,273	120	0,592	127	0,299 2005/2006
161	Uganda	0,456	0,303	110	0,517	110	0,367 2011
163	Zâmbia	0,448	0,283	117	0,623	136	0,328 2007
164	Djibouti	0,445	0,285	114	-	-	0,139 2006
165	Gâmbia	0,439	-	-	0,594	128	0,324 2005/2006
166	Benim	0,436	0,280	118	0,618	135	0,412 2006
167	Ruanda	0,434	0,287	112	0,414	76	0,350 2010
168	Costa do Marfim	0,432	0,265	122	0,632	138	0,353 2005
169	Comores	0,429	-	-	-	-	-
170	Malawi	0,418	0,287	112	0,573	124	0,334 2010
171	Sudão	0,414	-	-	0,604	129	-
172	Zimbabué	0,397	0,284	116	0,544	116	0,172 2010/2011
173	Etiópia	0,396	0,269	121	-	-	0,564 2011
174	Libéria	0,388	0,251	123	0,658	143	0,485 2007
175	Afganistão	0,374	-	-	0,712	147	-
176	Guiné-Bissau	0,364	0,213	127	-	-	-
177	Serra Leoa	0,359	0,210	128	0,643	139	0,439 2008
178	Burundi	0,355	-	-	0,476	98	0,530 2005
178	Guiné	0,355	0,217	126	-	-	0,506 2005
180	Centro-Africana, República	0,352	0,209	129	0,654	142	-
181	Eritreia	0,351	-	-	-	-	-
182	Mali	0,344	-	-	0,649	141	0,558 2006
183	Burquina Faso	0,343	0,226	124	0,609	131	0,535 2010
184	Chade	0,340	0,203	130	-	-	0,344 2003

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH ajustado à desigualdade		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional	
	Valor	Valor	Classificação	Valor	Classificação	Valor	Ano
185 Moçambique	0,327	0,220	125	0,582	125	0,512	2009
186 Congo, República Democrática do	0,304	0,183	132	0,681	144	0,392	2010
186 Níger	0,304	0,200	131	0,707	146	0,642	2006
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS							
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-
Somália	-	-	-	-	-	0,514	2006
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH							
Desenvolvimento humano muito elevado	0,905	0,807	—	0,193	—	—	—
Desenvolvimento humano elevado	0,758	0,602	—	0,376	—	—	—
Desenvolvimento humano médio	0,640	0,485	—	0,457	—	—	—
Desenvolvimento humano baixo	0,466	0,310	—	0,578	—	—	—
Regiões							
Estados Árabes	0,652	0,486	—	0,555	—	—	—
Ásia Oriental e Pacífico	0,683	0,537	—	0,333	—	—	—
Europa e Ásia Central	0,771	0,672	—	0,280	—	—	—
América Latina e Caraíbas	0,741	0,550	—	0,419	—	—	—
Ásia do Sul	0,558	0,395	—	0,568	—	—	—
África subsariana	0,475	0,309	—	0,577	—	—	—
Países menos desenvolvidos	0,449	0,303	—	0,566	—	—	—
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,648	0,459	—	0,481	—	—	—
Mundo	0,694	0,532	—	0,463	—	—	—

NOTA

Os índices utilizam dados de anos diferentes - ver Anexo Estatístico do Relatório (disponível em <http://hdr.undp.org>) para mais pormenores e para notas e fontes completas relativas aos dados. As classificações dos países têm por base quartis da IDH: um país pertence ao grupo de desenvolvimento humano muito elevado se o seu IDH estiver situado no quartil superior, ao ao grupo de desenvolvimento humano elevado se o seu IDH estiver situado no percentil entre 51 e 75, ao grupo de desenvolvimento humano médio se o seu IDH estiver situado no percentil entre 26 e 50, e ao grupo de desenvolvimento humano baixo se o seu IDH estiver situado no quartil inferior. Os Relatórios anteriores utilizaram limiares absolutos e não relativos.

Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais: O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 é o mais recente de uma série de Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais publicados pelo PNUD desde 1990 como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento.

Encontram-se disponíveis em linha recursos suplementares relacionados com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 em <http://hdr.undp.org>, incluindo textos completos e resumos do Relatório em mais de 20 línguas, uma série de documentos de investigação do desenvolvimento humano encomendados com vista ao Relatório de 2013, bases de dados e mapas interativos contendo os indicadores nacionais de desenvolvimento humano, explicações integrais das fontes e metodologias subjacentes aos índices de desenvolvimento humano empregues no Relatório, fichas informativas dos países e outro material de base. Os anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais, Regionais e Nacionais também se encontram disponíveis em <http://hdr.undp.org>.

Relatórios do Desenvolvimento Humano Regionais: Nas últimas duas décadas, foram produzidos RDH de âmbito regional sobre as principais regiões do mundo em desenvolvimento, com o apoio dos gabinetes regionais do PNUD. Com análises provocadoras e recomendações políticas claras, estes RDH regionais analisaram questões tão cruciais como a capacitação política nos países Árabes, a segurança alimentar em África, as alterações climáticas na Ásia, o tratamento das minorias étnicas na Europa Central e os desafios suscitados pela desigualdade e a segurança dos cidadãos na América Latina e nas Caraíbas.

Relatórios do Desenvolvimento Humano Nacionais: Desde o lançamento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional em 1992, foram produzidos RDH Nacionais em 140 países por equipas editoriais locais com o apoio do PNUD. Estes relatórios —cerca de 700 até à data— trazem uma perspetiva de desenvolvimento humano às preocupações das políticas nacionais através de consultas e investigação geridas localmente. Os RDH nacionais têm abordado muitas das questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento, desde as alterações climáticas ao emprego dos jovens, passando pelas desigualdades alimentadas por questões de género ou de etnia.

Relatórios do Desenvolvimento Humano 1990–2013

1990	Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano
1991	Financiamento do Desenvolvimento Humano
1992	Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano
1993	Participação das Pessoas
1994	Novas Dimensões da Segurança Humana
1995	Género e Desenvolvimento Humano
1996	Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano
1997	Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza
1998	Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano
1999	Globalização com Uma Face Humana
2000	Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano
2001	Fazer as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano
2002	Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado
2003	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto Entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana
2004	Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
2005	Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual
2006	A Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água
2007/2008	Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido
2009	Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos
2010	A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano
2011	Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos
2013	A Ascensão do Sul: o Progresso Humano num Mundo Diversificado



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
One United Nations Plaza
New York, NY 10017
www.undp.org

USD 30
ISBN 978-92-1-126340-4



O século XXI tem sido palco de uma profunda mudança na dinâmica mundial, impulsionada pelas novas potências em rápido crescimento dos países em desenvolvimento. A China ultrapassou o Japão como segunda maior economia do mundo, retirando da pobreza centenas de milhões de pessoas. A Índia reformula hoje o seu futuro graças a uma nova criatividade empresarial e à inovação da sua política social. O Brasil eleva os seus padrões de vida através da expansão das suas relações internacionais e de programas de combate à pobreza, copiados em todo o mundo.

Contudo, a “Ascensão do Sul” é um fenómeno muito mais amplo. A Indonésia, o México, a África do Sul, a Tailândia, a Turquia e outros países em desenvolvimento passam a assumir um papel de protagonistas no cenário mundial. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 identifica mais de 40 países em desenvolvimento que, nas últimas décadas, apresentaram resultados mais positivos do que o esperado em matéria de desenvolvimento humano, tendo acelerado de forma notória o seu progresso ao longo dos últimos dez anos.

Cada um destes países possui a sua história única e escolheu o seu caminho próprio e distinto para o desenvolvimento.

No entanto, partilham características importantes e enfrentam um bom número de desafios comuns. Estão também progressivamente mais interligados e interdependentes. As populações de todo o mundo em desenvolvimento exigem, cada vez mais, ser ouvidas, partilhando ideias através dos novos canais de comunicação e procurando uma maior responsabilização dos governos e das instituições internacionais.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 analisa as causas e consequências da contínua “Ascensão do Sul” e identifica políticas enraizadas nesta nova realidade, que possam promover um maior progresso em todo o mundo nas próximas décadas. O relatório exorta a uma representação muito mais significativa do Sul nos sistemas de governança global e indica possíveis novas fontes de financiamento para os bens públicos essenciais no seio do Sul. Apresentando novas perspetivas de análise e propostas claras para reformas políticas, o Relatório aponta um caminho que permitirá aos indivíduos de todas as regiões enfrentarem, em conjunto e de forma justa e eficaz, os desafios comuns suscitados pelo desenvolvimento humano.

“O Relatório renova a nossa compreensão do atual estado do desenvolvimento mundial e revela bem a riqueza dos ensinamentos transmitidos pelas experiências do rápido progresso verificado em matéria de desenvolvimento em numerosos países do Sul.”

—Helen Clark, Administradora do PNUD, do Prefácio

“A abordagem do desenvolvimento humano representa um progresso considerável no difícil exercício de compreensão dos êxitos e privações das vidas humanas e de reconhecimento da importância da reflexão e do diálogo, promovendo, dessa forma, a equidade e a justiça no mundo.”

—Amartya Sen, Galardoado com o Prémio Nobel, do capítulo 1

“Ninguém detém o monopólio das boas ideias, Nova Iorque continuará a aprender com as boas práticas de outras cidades e outros países.”

—Michael Bloomberg, Presidente da Câmara de Nova Iorque, do capítulo 3

“Um olhar mais atento sobre os diversos percursos trilhados pelos países em desenvolvimento que registaram êxitos enriquece o menu de opções políticas disponível para qualquer nação e região.”

—Khalid Malik, autor principal do Relatório, da Introdução